



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES - SUB. ESPECIAL RIO + 20		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0629/12	DATA: 17/05/2012
INÍCIO: 09h27min	TÉRMINO: 12h27min	DURAÇÃO: 03h00min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h00min	PÁGINAS: 66	QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANDRÉ CORRÊA DO LAGO - Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores.
ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO - Coordenador da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.
SÉRGIO MARGULIS - Assessor Especial do Ministério do Meio Ambiente.

SUMÁRIO: Debate sobre a economia verde.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Senhoras e senhores, gostaria de dar boas-vindas aos presentes. Vamos dar início à nossa reunião ordinária de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Especial Rio+20, que conta com a presença dos seguintes convidados, a quem chamo para compor a Mesa: Embaixador André Corrêa do Lago, Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores; Sérgio Margulis, Assessor Especial do Ministério do Meio Ambiente; Aloísio Lopes Pereira de Melo, Coordenador da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Esta reunião de audiência pública é realizada em decorrência da aprovação do Requerimento nº 149, de 2012, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de minha autoria e de autoria do nobre Deputado Eduardo Azeredo, e tem como objetivo acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, com enfoque na economia verde, um dos temas que será abordado no evento.

Esclareço aos ilustres convidados e aos Srs. Parlamentares que esta reunião está sendo gravada, para posterior transcrição. Por isso, solicito que falem ao microfone. Ela também está sendo televisionada pela *TV Câmara*.

Após as exposições dos convidados, abriremos para debates com os Parlamentares inscritos e outras pessoas na audiência.

Eu gostaria, primeiro, de pedir desculpas aos nossos convidados. Houve aqui uma pequena confusão: eu julgava que a reunião havia sido marcada para as 9h30min — em geral, sou de pontualidade britânica.

Em segundo lugar, o porquê desta audiência pública. Sabemos que os dois temas a serem tratados na conferência oficial Rio+20 são justamente economia verde e governança internacional.

Em relação à governança internacional, particularmente, não tenho grandes expectativas. Acho que o momento não poderia ser mais desfavorável, haja vista o que sucede neste momento na Zona do Euro, na União Europeia, que são as formas mais avançadas de governança supranacional existentes neste momento no planeta, e também o advento das eleições nos Estados Unidos, em que uma das partes tem o hábito de atacar a Organização das Nações Unidas e até de acusá-la



de querer assumir o controle sub-reptício dos Estados Unidos. Então, o momento não é muito favorável.

Por outro lado, a economia verde é de fato a bola da vez do mundo, porque está claro que se trata de uma resposta para a crise econômica e que não se pode continuar fazendo economia como *as usual*. E esse tema de fato ocupa um lugar central no debate planetário sobre economia, sustentabilidade, relação entre ecologia e economia.

Nota-se, sobretudo aqui no Brasil, um debate muito atrasado sobre essa questão. Existem pessoas que têm dificuldade de se situar nas discussões do século XXI e buscam refúgio em polarizações ideológicas do século XX para se situar e de alguma forma se sentir, de alguma maneira, participando da Rio+20.

Então, há aquela questão de que, na verdade, a economia verde é a nova face do neoliberalismo ou de que a economia verde seria um mero expediente de determinados países para avançarem na sua agenda comercial. Em relação a esse último aspecto, pode até ser que a alguém ocorra isso, mas, pelo amor de Deus, a economia verde tem um escopo muito mais vasto do que isso.

Nesta Comissão, com a relatoria do nobre colega Eduardo Azeredo, a minha Presidência e os nossos outros integrantes, nós, no ano passado, fizemos uma discussão de recomendações que gostaríamos de ver incluídas na proposta brasileira para a Rio+20.

Nessa ocasião, em relação à economia verde, nós ressaltamos sobretudo quatro pontos fundamentais. Primeiro, a necessidade de revisão do PIB como o indicar mor do desenvolvimento, totalmente inadequado; a ideia de que é necessário atribuir valor econômico a serviços prestados por ecossistemas; a ideia de que é necessário reformar os sistemas tributários nacionais e, eventualmente, instituir uma taxa internacional, no sentido de substituir tributos regressivos — no caso das tributações nacionais — e subsídios regressivos por uma tributação e um sistema de subsídios mais vinculado à maior ou à menor intensidade de carbono de determinada atividade econômica; e, finalmente, aquilo que nós poderemos apelidar de um *New Deal* Verde planetário, que é a recomendação de um grande investimento público por parte de governos e bancos multilaterais em inovação tecnológica, visando baratear radicalmente o custo das energias limpas, em



atividades de reflorestamento em grande escala, em atividades de saneamento e em reformas da infraestrutura de transportes em todo o mundo.

Então, nós pensamos, aqui nesta Subcomissão, simplesmente na adoção desses quatro pontos singelos como princípios, porque, ao contrário da Rio 92, as duas grandes discussões da Rio+20 estão no início de um ciclo, e não no final. Se conseguíssemos consagrar esses princípios, mais a ideia das chamadas metas de desenvolvimento sustentável, desde que consigamos, de alguma forma, harmonizar isso com as metas anteriores, a Agenda 21 e as Metas do Milênio, estas duas coisas — os quatro pontos mais as metas — já seriam um fator importantíssimo de avanço nessa conferência oficial no campo da economia verde.

Para prosseguirmos essa discussão, eu tomei a liberdade de convidar os nossos palestrantes — Sérgio Margulis, com a sua longa experiência de Banco Mundial; André Corrêa do Lago, com a sua não menos longa experiência à frente das nossas equipes de negociadores nas conferências de clima e outras afeitas ao meio ambiente; e o representante do Ministério da Fazenda, Aloísio Lopes Pereira de Melo, porque eu considero um dos fatos mais auspiciosos do processo que precede a Rio+20, internamente falando, o fato de que o Ministério da Fazenda agora participa ativamente dessas discussões.

No passado, havia nos governos, tanto Federal quanto de Estado e de Município, uma questão de que apenas a área ambiental tratava das questões ambientais e de sustentabilidade. Isso é, evidentemente, uma fragilidade institucional a toda prova, porque, de fato, é fundamental que a área econômica dos governos, a área tributária, a área de planejamento, os bancos oficiais, todo esse contexto esteja profundamente envolvido nessa discussão, porque estou convencido de que as grandes respostas virão da nossa capacidade de casar a questão ambiental com a questão econômica, de combinarmos ecologia com economia e inaugurarmos a era da economia verde, do desenvolvimento sustentável numa escala planetária.

Sem mais delongas, eu gostaria de passar a palavra ao Embaixador André Corrêa do Lago, que tão brilhantemente tem defendido as cores do Brasil nos fóruns internacionais.



O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO - Obrigadíssimo, Deputado. É uma honra estar aqui, Sras. e Srs. Deputados, é um prazer para o Ministério das Relações Exteriores ver o quanto um tema tão relevante para as relações internacionais tem adquirido no Brasil um interesse, uma dimensão que acho extremamente positiva, muito na linha do que o Deputado acabou de dizer, no sentido de o Brasil ser cada vez mais contemporâneo, ou seja, nós não podemos ter uma discussão baseada no passado. Nós temos que olhar as oportunidades que essa agenda representa para o Brasil.

Então, como disse o Deputado, essa questão da economia verde é um dos temas da Rio+20. Basicamente, são dois grandes temas, que é a questão da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza; e o outro grande tema é o da governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

Ambos temas e o nome da conferência tem a expressão desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento sustentável é um conceito resultado de muitos anos de luta, principalmente dos países em desenvolvimento, para que o meio ambiente estivesse associado à questão do desenvolvimento. Ou seja, o meio ambiente, a dimensão ambiental, a dimensão econômica e a dimensão social têm que andar juntas, para que nós possamos encontrar uma forma de desenvolvimento realmente efetiva e balanceada.

Realmente, o ponto que vamos discutir hoje, que é a questão da economia verde, tem levantado dificuldades enormes desde o início, Deputado. Por isso, inclusive, o título já imediatamente carrega economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável, e era uma grande preocupação dos países em desenvolvimento não substituir o conceito de desenvolvimento sustentável e o contexto de erradicação da pobreza — também está no título —, porque havia, por parte de certos países, uma grande preocupação de fortalecer em excesso a dimensão econômica do desenvolvimento sustentável. Inclusive, alguns interpretam que, na economia verde, o verde vem do dólar. Então, mais um argumento para V.Exa. ficar contente de ver visões abertas e modernas sobre a questão.

O fato é que esse tema tem apresentado resistência, principalmente de certos países que confundem um pouco aquilo que V.Exa. mencionou há poucos minutos,



a questão de atribuir valor econômico aos ecossistemas, de interpretar que vai ser atribuído um preço aos ecossistemas, que se vai atribuir um preço à natureza; e, portanto, que tudo, de certa forma, é um enorme esforço de assegurar que o setor privado possa cumprir com funções — eu acho que nós todos concordamos aqui — em que o Estado tem que ter um papel chave.

A primeira reação nessa negociação tem sido de cautela de muitos países. Por isso, por exemplo, o Grupo dos 77 e a China, que é o grupo dos países em desenvolvimento, os mais de 130 países em desenvolvimento, grupo dentro do qual o Brasil negocia, tem-se dedicado muito a listar aquilo que não pode ser a economia verde; ou seja, há um esforço muito maior em dizer o que ela não é, do que em dizer o que ela é. Mas dizer o que ela não é já é uma forma de dizer o que ela é, já é um certo avanço, e tem ido um pouco nessa direção.

Pessoalmente, eu considero que este conceito de economia verde é uma oportunidade muito grande para fortalecer o pilar mais fraco do desenvolvimento sustentável, mais fraco no sentido daquele que menos têm atuado, que é o pilar econômico. Por isso também fico muito contente de ver aqui o Aloísio, de ter visto este envolvimento do Ministério da Fazenda, que tem permitido justamente ao Brasil trabalhar a questão do desenvolvimento sustentável no seu significado mais profundo e nos três pilares.

Portanto, eu acho que a agenda da economia verde pode ser um instrumento para que os atores econômicos se convençam em adotar paradigmas de desenvolvimento sustentável nas suas ações. É claro que há vários setores que já o fazem, há várias empresas que já o fazem. Mas a realidade é que o desenvolvimento sustentável, do ponto de vista dos ministérios econômicos no mundo, não é *mainstream*, não é o conceito de base. Ao contrário, em geral, os ministérios que cuidam da parte econômica, evidentemente, têm cuidar da parte econômica, portanto, os elementos que entram nisso podem ser um tipo de intervenção com a qual se deve ter uma certa atenção.

Mas, na realidade, eu acho que essa é uma fase que entendemos melhor quando vemos os países desenvolvidos. Os países desenvolvidos chegaram ao conceito de desenvolvimento sustentável em três fases. Primeiro, eles se desenvolveram economicamente. Décadas e décadas depois, eles incorporaram a



dimensão social. Durante décadas, eles foram incorporando a dimensão social dentro de uma lógica econômica e que está plenamente estruturada dentro dos países desenvolvidos. Após incorporar a dimensão social é que começaram a incorporar a dimensão ambiental. Então, foi uma coisa em três fases muito longas, de décadas e até séculos entre o início de uma e a incorporação da terceira.

Os países em desenvolvimento dizem sempre que é muito difícil abordar os três ao mesmo tempo, porque os três desafios acontecem concomitantemente nos países em desenvolvimento — mais ainda nos países mais pobres, evidentemente. Então, isso representa um desafio muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Para a democracia também.

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO - É verdade. Faz parte do social.

Essa questão da democracia que V.Exa. levantou, aliás, é muito interessante, porque alguns países alegam até que planejar a longo prazo o desenvolvimento é um grande desafio para a democracia, porque ela, em geral, trabalha em tempos muito mais curtos. No fundo, é um desafio muito grande, e isso entra nessa discussão de maneira muito clara.

Mas, em todo caso — não vou continuar a falar do Ministério da Fazenda porque o Aloísio vai fazê-lo —, a realidade é que nós sabemos que os ministérios de meio ambiente do mundo, a maior parte dos quais foi criada depois da Rio 92, inclusive o nosso, levantaram a bandeira do desenvolvimento sustentável com muita bravura, mas, de certa maneira, associaram sustentabilidade apenas à dimensão ambiental. Ou seja, quando falamos da sustentabilidade de algo, muita pessoas acham que nos estamos referindo apenas à questão ambiental, quando, na realidade, o conceito é que deve haver sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica e sustentabilidade social. E, num mundo em desenvolvimento, se não há sustentabilidade econômica, não adianta ser sustentável ambiental e socialmente, porque não dá para fazer nem o projeto nem o plano.

A questão econômica é da maior importância, e nós esperamos que, a partir da Rio+20, esse conceito de economia verde permita que efetivamente o desenvolvimento sustentável torne-se um paradigma para os atores econômicos.

Há vários elementos muito positivos nisso. O Sérgio, como vem do Banco Mundial, também vai expor isso muito melhor. Mas a realidade é que o Banco



Mundial e o FMI têm levado em consideração essa questão, esse conceito de desenvolvimento sustentável de maneira muito séria. Eles não são entidades da ONU, mas fazem parte do sistema das Nações Unidas.

Recentemente, no Banco Mundial, em Washington, houve um café da manhã pela Rio+20, com a presença do Presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, da Diretora-Gerente do FMI, Christine Lagarde, do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, do nosso Ministro Mantega e de mais 40 ou 50 Ministros da Fazenda, em que se discutiu a importância do pilar econômico para que o desenvolvimento sustentável possa realizar-se.

Outro elemento que eu considero muito positivo é a entrada no mercado consumidor de centenas de milhões de novas pessoas. Esse é um desafio imenso, obviamente, para o planeta, mas, por outro lado, é um elemento extraordinário, que muda a escala do consumo mundial e, portanto, torna muito mais viáveis certas dimensões da inovação que poderão ser levadas à diante graças a essa perspectiva.

A Rio+20 deverá ser — eu espero — o primeiro momento em que se vai começar a olhar para o mundo já pensando na pós-erradicação da pobreza. A erradicação da pobreza é uma prioridade mundial, mas nós temos visto, nos últimos anos, que importantes países em desenvolvimento, entre os quais Brasil, China, Índia e Indonésia, conseguiram erradicar a pobreza em um ritmo muito maior do que se imaginava.

Isso simplesmente prenuncia que vamos ter o mundo com um número significativo de pessoas fora da pobreza. Inclusive, há grande possibilidade de se chegar a 2050 com entre 9 e 10 bilhões de consumidores. Vários economistas consideram que se poderá superar a pobreza absoluta bem antes de 2050.

Então, é um desafio enorme. Temos que assegurar que essas pessoas tenham uma vida digna no planeta. Então, é muito mais que a preservação do planeta, é assegurar que a população mundial possa ter uma vida digna neste planeta. Para isso, a Rio+20 tem que pensar nas mudanças essenciais para isso, porque com os atuais padrões de vida da classe média, nós não vamos estar vivos em 2050 com 9 bilhões de pessoas com o padrão de classe média atual.



Nós temos que mudar. Espero que a Rio+20, através dos objetivos do desenvolvimento sustentável, aborde, de maneira muito clara, a mudança dos padrões sustentáveis de produção e consumo que vão ter um impacto sobre a economia e vão, de certa forma, traduzir o que é economia verde. Essa é uma oportunidade extraordinária, inclusive, de o Brasil estar associado a isso e ser vanguarda nesse esforço, tanto de Governo, como de Parlamento e sociedade civil, todos unidos para assegurar que essa oportunidade não seja perdida pelo nosso País.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado, Embaixador André Corrêa do Lago.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Nós vamos, primeiro, deixar nossos palestrantes terminarem.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Eu só queria justificar, Deputado Sirkis — desculpe. Acho que é superinteressante esta audiência, mas eu queria pedir desculpas, porque tenho agora um debate sobre cooperação Sul-Sul na Organização Pan-Americana de Saúde — OPAS, sobre a questão do desenvolvimento agrícola e a questão africana.

Estou superinteressada neste assunto e vou acompanhá-lo. Achei muito interessante, embaixador, seu enfoque. Infelizmente, tenho que sair, porque nesta Casa temos várias atividades.

Eu gostaria apenas de fazer um acréscimo. O conceito de sustentabilidade, tendo em vista o que o senhor afirmou no sentido de que mais sabemos o que não deve ser, acho que o que deve ser é tratar a sustentabilidade sob o ponto de vista de inclusão das mulheres onde há mais pobreza, inclusão dos povos, das comunidades autênticas ou tradicionais, como os indígenas.

Então, peço desculpas, mas estou indo a outro seminário, organizado pela OPAS. Depois, vou recolher os dados aqui apresentados. Quero parabenizá-lo, Deputado Sirkis — desculpe, eu sei que essa é a norma, mas nós saímos porque sempre temos mais de um compromisso —, por esta audiência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - O.k. Agradeço muito à Deputada.

Gostaria de passar a palavra ao Sr. Aloísio, que aqui representa o Ministério da Fazenda.

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO - Muito bom dia, Deputado Sirkis, todos os senhores e senhoras presentes, meus colegas de Mesa, Embaixador André e Sérgio Margulis. Nós agradecemos a oportunidade. Registro aqui os cumprimentos enviados pelo Secretário de Política Econômica, Márcio Holland.

Gostaríamos de compartilhar com os senhores um pouco da visão que temos, no Ministério da Fazenda, do nosso envolvimento nesse processo.

(Segue-se exibição de imagens.)

De fato, como o Deputado bem referiu, a temática economia, meio ambiente e política ambiental é bastante nova para o Ministério da Fazenda. Desde 2010, temos uma área dedicada a isso no Ministério, que tem explorado esses temas, inicialmente muito motivado pela elaboração e implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, tema que trata basicamente da regulação da atividade econômica para fins ambientais. Junto com isso, houve nosso crescente envolvimento no conjunto das políticas de meio ambiente e políticas sociais desenvolvidas pelo Governo Federal.

De fato, se olharmos para a agenda do Ministério da Fazenda nos últimos 10 anos, verificaremos que o Ministério tem-se dedicado a desafios bastante importantes, como o que o Embaixador André bem colocou: o desafio dos países que estão no processo de desenvolvimento. A própria retomada de uma agenda nacional de crescimento com inclusão social tem sido um foco importante do Ministério da Fazenda nesse período e um desafio, acho que como todos reconhecem, bastante grande para o País.

Então, o avanço e a consolidação disso nesse período tem sido um esforço grande para o Ministério, um processo de aprendizado e nos habilita hoje a pensar de forma mais ampla, mais integrada. O Brasil tem feito isso de uma forma que tem sido reconhecida mundialmente como uma forma diferenciada de se tratar uma agenda de crescimento que garanta inclusão social. Estamos falando isso em um



contexto de crise internacional, que não é algo menor, não é algo menos significativo. O Ministério da Fazenda tem-se dedicado de fato a uma agenda bastante complexa e desafiadora e, por outro lado, bem-sucedida.

Nessa perspectiva, quando olhamos hoje o debate em torno de uma economia verde — mais uma vez, como o Embaixador André disse —, quando olhamos para o futuro, continuamos com um importante desafio, o desafio de um desenvolvimento inclusivo no Brasil, que, além de inclusivo, dê conta da agenda ambiental.

Avançar na estratégia de crescimento econômico de fato e de aumento da renda *per capita*... Avançamos em termos de renda *per capita*, mas estamos muito longe de patamares adequados. Avançar no combate à desigualdade acho que não é um desafio só para o Brasil, hoje se coloca também como desafio para os países desenvolvidos. Importantes avanços têm sido reconhecidos.

São importantes alguns debates, como o do Itamaraty, feito na sexta-feira. Sempre há alguém que vai lá e fala que é impressionante o avanço, em tão pouco tempo, na redução das desigualdades do Brasil. No mesmo debate, alguém fala do quanto é pouco significativo o avanço obtido diante da desigualdade que ainda persiste na sociedade brasileira.

Enfim, essa agenda do crescimento, a elevação da renda *per capita* e redução de desigualdade persiste como uma agenda importante para o Brasil. Agora, o que se coloca para nós, Ministério da Fazenda, Governo e sociedade brasileira, é como compatibilizar isso com uma agenda que faça isso de forma sustentável e consolide avanços.

Também, mesmo na área ambiental, é importante reconhecer que o Brasil tem conseguido, na verdade, dar conta de vários desafios ao mesmo tempo, isso sem querer dizer que as coisas estão resolvidas. Mesmo em termos ambientais *strictu sensu*, o Brasil é reconhecido com um dos poucos ou o único país que atendeu aos compromissos, como, por exemplo, o da Convenção da Biodiversidade em relação à criação de áreas protegidas. Tem conseguido promover, ainda que com desafios e dificuldades, uma expansão substantiva da produção agropecuária com crescimento de produtividade muito maior que uma expansão horizontal de área.



Nós sabemos que, em cada uma dessas agendas, temos ainda muitas questões, como a estruturação e consolidação das unidades de conservação, o aumento efetivamente da sustentabilidade no setor agropecuário, mas acho que isso nos anima a dizer que damos conta dessa agenda complexa.

Sobre o debate internacional de economia verde, gostaria só de pontuar um pouco a visão que temos tido no Ministério. Entendemos que a Rio+20 não vai ser uma conferência — esperamos que não seja — para se ficar discutindo o melhor conceito de economia verde ou uma disputa entre esse conceito e o conceito de economia sustentável. Entendemos que é uma oportunidade única de se estabelecer uma agenda muito pragmática e muito objetiva de ação dos governos e de compromissos internacionais que permita que o mundo avance e encare esses novos desafios apresentados para o desenvolvimento.

É um contexto em que várias análises indicam que não teremos, por exemplo, recursos naturais tão disponíveis e de baixo custo, como tivemos no século passado. Muito pelo contrário, é muito possível que a restrição, a menor disponibilidade de recursos naturais, o aumento, o custo crescente dos recursos dos produtos agropecuários tendam a ser possíveis constrangimentos para o desenvolvimento, além efetivamente de se ter de administrar os efeitos adversos de processos como da mudança do clima, etc. É um contexto bastante desafiador.

Então se trata para nós muito mais de uma agenda. Esperamos que a Rio+20 traga uma agenda bastante pragmática, bastante objetiva, que mostre que é possível fazer, o que é possível fazer e que se construa uma agenda de engajamento em torno dessa visão.

Entendemos que temos também ressalvas, quando esse tipo de preocupação de que uma agenda de economia verde, como alguns países ou alguns grupos defendem como um viés excessivamente tecnológico, também não interessa ao Brasil. Não queremos que isso dê margem a que se criem parâmetros de que são bons produtos, de que são boas tecnologias, sabendo-se que os países desenvolvidos é que tenderão a se beneficiar de quaisquer definições restritivas em torno de produtos verdes, tecnologias verdes. Então olhamos com cuidado, com ressalva esse tema, mas temos a abordagem, inclusive, do que foi proposto no documento brasileiro, de uma economia verde que seja inclusiva como um conceito,



ainda que vago, mas suficiente para traduzir um pouco a visão que o Brasil tem de avançar nessa agenda de crescimento e de inclusão social, e essa agenda como uma perspectiva efetiva, um caminho efetivo para a superação inclusive da crise por que passam os países da zona do euro, países desenvolvidos. Oportunidade, mesmo nesses países, tem um processo de resgate de geração de emprego, de crescimento de renda para os setores menos favorecidos em torno de uma agenda efetiva de investimentos em atividades e tecnologias verdes.

A agenda que o Deputado Alfredo Sirkis apresentou, os quatro pontos propostos para a Rio+20, temos discutido e debatido. Devo dizer que o Ministério da Fazenda está avançando na consolidação desses temas, dessa agenda. Vou pontuar aqui algumas questões às quais o Ministério da Fazenda tem-se dedicado, tem analisado, sem dizer que temos posições finais.

E acho que é importante dizer também, Deputado, que não estamos trabalhando na perspectiva de que a Rio+20 vai ser o momento em que o Ministério da Fazenda, o Governo brasileiro vai anunciar novas medidas. Acho que é o momento de fazer balanço, é uma agenda importante que se abre daqui para frente, é uma oportunidade que temos de incorporação e de ampliação do nosso leque de políticas econômicas. Mas não entendemos que é o ponto de chegada, o momento chave para anunciar novas medidas. Mas temos trabalhado em torno disso e diria que são possíveis inovações que vêm dessa agenda.

Primeiro, em torno da precificação das externalidades. Olhamos para o que o Brasil já tem e vemos que já tem muita coisa em termos da política de clima e mesmo no conjunto das políticas ambientais. Mas temos sido meio que um samba de duas notas nesse tema. Trabalhamos basicamente com regulação, comando e controle, estabelecimento de normas, ir lá fiscalizar o cumprimento de normas. Quer dizer, a política de combate ao desmatamento, em grande parte, está em cima disso. E, em outros setores, mesmo na etiquetagem veicular, trata-se um pouco disso, estabelece-se um padrão, e os agentes econômicos se ajustam a esse padrão. Vai-se lá fiscalizar, multar e punir quem não cumprir esse padrão. Isso é o que temos feito.

De outra mão, o instrumento que usamos é o das subvenções, quer seja na forma de subvenção direta de preços, quer seja de taxas de juros, mas, na hora em



que oferecemos financiamentos, mas a taxas de juros mais baixas para determinados setores, determinadas atividades — isso está na nossa agenda, temos feito isso — isso custa para o Governo Federal.

Por exemplo, no plano ABC da agricultura, que é importante, com baixa emissão de carbono, há um custo elevado, e o Governo tem feito, tem oferecido 3 bilhões e 150 milhões de reais nessa safra. A cada 1 bilhão aplicado nas condições atuais, o Governo Federal tem de arcar com algo próximo a 500 milhões de reais em subvenção ao longo de 10 anos, que é de 8 a 10 anos o ciclo de financiamento.

Ou seja, isso é o que já temos feito, subvenção e também redução de alíquotas em alguns setores e tal. A precificação de fato seria uma inovação em termos da nossa agenda na política, nos instrumentos econômicos para política ambiental.

Temos analisado, em especial para a política de clima, a possibilidade de efetivamente estabelecer um sistema doméstico em que a emissão de carbono tenha um preço, tenha um custo, e estabelecer, a partir daí, uma possibilidade de mecanismo de transação de comércio de emissões aqui no Brasil e tal. Então esse é um tema que está em análise, é uma perspectiva.

O Governo encarou esse desafio, a possibilidade dessa inovação. Temos um grupo interministerial conduzindo essa análise, o Embaixador André integra esse grupo e tal. E o Ministério da Fazenda, ao coordenar esse trabalho, possivelmente entraremos em uma outra etapa de análise disso. É algo bastante inovador, mas no sentido de dizer que estamos, sim, com a perspectiva de incorporação desse novo tipo de instrumento econômico-ambiental, que é o de colocar preço a externalidades negativas que hoje têm impacto e têm custos que têm de ser arcados por toda a sociedade, mas que não entram na planilha de custo de ninguém.

A questão do capital natural nas contas nacionais, acho que é outro tema que sei que o Sérgio Margulis não vai deixar escapar. O Ministério do Meio Ambiente tem sido bastante ativo em colocar esse debate, e temos feito internamente a análise disso junto com o setor da área de macroeconomia da Secretaria de Política Econômica, conhecendo um pouco o que existe de proposta metodológica para isso, tentando compreender as implicações de o Brasil aderir a um sistema como esse, mas temos visto isso como algo bastante positivo. Envolve ainda acho que



desenvolvimento da própria metodologia, mas julgamos interessante a possibilidade de que possamos efetivamente ter também uma contabilização de qual é o capital natural, o patrimônio de recursos naturais do País, como ele varia ao longo do tempo e poder associar a uma variação do produto do PIB também uma variação do capital natural associado no País.

Então temos olhado isso com bastante interesse, estamos ainda, Sérgio, conduzindo esse diálogo, essa análise. É algo que está sob avaliação, mas que olhamos com um perspectiva bastante positiva.

A valoração efetivamente, que é um tema que desperta bastantes reações, essa reação de que tudo é precificar os recursos naturais, é algo que já até fizemos uma rodada com o IPEA, com especialistas, para conhecer o estado da arte dos estudos de valoração de recursos naturais no Brasil. Sabemos que é algo que internacionalmente é complexo, e que talvez seja uma agenda que demande mais tempo, mais investimento, mais estudo. Mas é algo que também temos olhado com atenção e que vai ser condição, por exemplo, para que possamos encarar toda uma agenda que está colocada, que está, vamos dizer assim, na nossa frente. O Governo Federal está analisando, enfim, os meios para implementar isso, por exemplo, na linha de pagamentos por serviços ambientais ou serviços ecossistêmicos, que tendem também a ser também uma importante inovação da política, é algo que é trazido pelo Código Florestal. O próprio Governo Federal apresentou um projeto de lei para instituir uma política para isso em 2008.

Então esse componente de valoração de serviços ecossistêmicos é algo que é novo, complexo, acho que demanda investimento de conhecimento e de informação, mas que estamos dispostos a encarar.

Obviamente também a agenda de incentivos e subvenções, como falei, é algo que o Governo Federal já pratica, e aí há uma possibilidade de crescimento, por exemplo, de apoio ao desenvolvimento de tecnologia mais eficiente do ponto de vista energético, do ponto de vista de conservação de recursos naturais.

No fundo, na área de clima, já temos todo um conjunto de linhas para financiar desenvolvimento tecnológico e produção de equipamentos em áreas que são ainda novas, inovadoras, etc.



Temos possibilidade de trabalhar do ponto de vista tributário especificamente para apoiar o desenvolvimento e a consolidação de tecnologias que são ainda novas. Temos o caso da eólica, que já está deslançando, mas há um conjunto de inovações bastante possíveis.

Enfim, acho que esses são temas nos quais estamos ativamente trabalhando, e esperamos participar ativamente do debate da Rio+20 com uma postura bastante positiva, propositiva. Como o Embaixador diz, vemos isso como uma oportunidade e vemos o Brasil com um papel protagonista para estabelecimento de um agenda efetiva, positiva, que dê os rumos para o desenvolvimentos nos próximos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Gostaria de passar a palavra para o Sr. Sérgio Margulis, para a sua apresentação.

Eu pediria que pelo menos uma parte dessas luzes, se possível, fosse apagada para facilitar a visualização do *PowerPoint*.

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Bom dia. Obrigado, nobre Deputado, meu velho amigo Sirkis, parceiro de frescobol, e outras.

Em relação às colocações que já foram feitas aqui, há coisas que são muito provocadoras. Eu, antes de fazer a apresentação, que é uma série de dados para embasar mais tecnicamente, vou pegar, primeiro, esses 4 pontos, essas recomendações da Comissão. Deixa eu ser bem, desculpe-me a minha posição, crítico quanto a isso.

O PIB é disparadamente o melhor indicador, jamais inventado, para medir valor agregado. Então, o PIB mede valor agregado e não bem-estar social, degradação do capital natural. Ele mede valor agregado, produção. E, para isso, ele é muito bom, ele é extremamente elaborado no seu cálculo e é universalmente aceito. O problema com esses indicadores, como o PIB, é que o conceito tem que ser universalmente aceito, globalmente. Ou seja, todos os países do mundo o adotam para se compararem para uma série de outras decisões.

Então, o PIB é muito bom. Não se pode é querer usar o PIB para saber como vai o meio ambiente, por exemplo. E somente o PIB não mede como vão as pessoas no País. Ele não diz nada disso. O PIB *per capita* já melhora um pouco, mas, como sabemos, ele vai distante disso. Então, o problema não é o PIB, mas quais são os



novos indicadores que têm que ser agregados ao PIB para medir o bem-estar da sociedade, o valor do capital natural, etc. Então, são os novos indicadores.

E eventualmente, um dia, quem sabe, talvez, agreguemos isso com o PIB de uma maneira melhor. Os próprios economistas pensam muito em como melhorar o PIB, por exemplo, depreciar o capital, incorporar isso dentro do PIB, no capital natural pode-se colocar medidas de degradação do meio ambiente, etc. Mas são complexas essas questões. Então, vamos continuar com o PIB, mas vamos pensar nos novos indicadores de sustentabilidade social, ambiental, etc.

O segundo item, que são os serviços ecossistêmicos e a precificação, o Aloísio já colocou, mas é uma questão para ser apresentada de volta para esta Casa. Nós fizemos um estudo no IPEA alguns anos atrás. É muito difícil — aliás, junta com terceiro, que são os tributos vinculados —, do ponto de vista fiscal e tributário, é muito complicada a legislação brasileira. Ela não tem muito espaço para instituir, por exemplo, o Princípio do Poluidor Pagador, não é trivial. Uma colocação preliminar é que não é muito simples criar uma figura. A Constituição e as leis não permitem simplesmente taxar a poluição emitida por um agente econômico. É tão simples quanto isso. Então, é uma questão que volta muito para esta Casa. Nós podíamos estreitar uma relação para tentar avançar nisso.

Quanto ao último e quarto ponto, eu concordo. Essa é a enorme, grande questão, que se chama *New Deal Verde* interplanetário. Você falou sobre as energias, o reflorestamento, o saneamento e o transporte. Essa é a questão da crise econômica que eu acho que é temporária. Por mais que todos nós fiquemos impressionados e amedrontados, é uma crise que, de alguma maneira, vai passar. Não estou minimizando não, é seriíssima e talvez como não se viu antes. Há menos de duas décadas o euro não se sustentar vai sobrar para todo mundo. Mas, de alguma maneira vai se ajustando. Ao que não vamos nos ajustar é quando o polo norte estiver todo derretido. Aí vai ser mais complicado. Demoram mil anos — exatamente mil anos, um milênio — para a camada do polo norte, por exemplo, recongelar se o nível de emissões globais for nulo durante todo o período. Então, esquece, é melhor não derreter o círculo polar, mas ele já está irreversivelmente, nos próximos 5 anos, destinado a desaparecer. Essas questões são mais preocupantes. E esse *deal* eu acho que passa por aí e volta para os ombros do



nosso querido embaixador, que tem a simples responsabilidade de resolver isso junto à comunidade internacional. Coisa pequena.

Agora vou fazer duas considerações sobre economia verde. Pergunto: a quem interessa esse negócio de economia verde? Quando se fala em economia verde, vem logo um pouco de paranoia: *“Lá vem o Banco Mundial, os Estados Unidos e esses caras imporem coisas para a gente”*. Tem uma hora, você mesmo falou, o verde vem do dólar. Eles são sempre maus, estão ali querendo comer até a última entranha das nossas tripas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Pode até ser, mas o crescimento verde, o desenvolvimento sustentável interessa fundamentalmente aos países em desenvolvimento. Ninguém está preocupado com o aquecimento global na Holanda, que é um País Baixo, mas todo mundo está preocupado com o aquecimento global em Bangladesh. Por que será? Porque só Bangladesh tem que estar muito preocupado no curtíssimo prazo, no longo prazo, como vai todo mundo ficar inundado, então, não tem jeito. Mas Bangladesh é muito preocupante. E a Holanda é muito mais baixo nesse sentido do que Bangladesh. Ninguém nunca nem ouviu falar, os holandeses não estão preocupados com isso.

Ressalte-se que só os países pobres em desenvolvimento têm que estar preocupados com a questão do aquecimento global. E não adianta dizer que isso é problema dos americanos, que eles têm que resolver, eles que fizeram a lambança e agora nós pagamos o pato. Essa lógica infelizmente não vale, não dá nem para começar a pensar por aí. Podemos cobrar deles muita coisa, tudo, mas quem tem que parar de emitir, quem tem que estar preocupado e puxando esse diálogo somos nós, porque somos nós os interessados. Nós somos vulneráveis, mais vulneráveis. Definimos vulnerável como a capacidade de resposta a choques externos, a sua resiliência. Os países da OCDE não são, eles não estão... *“Ah, Miami vai ser inundada, vai sofrer mais 10 furacões anuais em média”*. Os Estados Unidos estão tranquilos quanto a isso, não tem problema. Não estão tão tranquilos, mas é menos preocupante para eles do que para nós. Então, a leitura é: interessa a nós.

O outro aspecto é que o Brasil, no momento em que vive, junto com a China e a Índia explicitamente, tem que tomar uma posição de liderança clara nisso. E é



irreversível. Esperamos que o Brasil continue nessa posição de liderança. O Brasil tem que ser muito arrojado para puxar isso para a frente. Nós queremos crescer limpo, vamos ter que gastar dinheiro na questão das tecnologias novas, da energia limpa, etc. O embaixador disse corretamente que a pobreza, por incrível que pareça, é tão fácil de resolver.

Nós, num curtíssimo espaço de tempo, tivemos avanços enormes. Mas podemos fazer muito mais. Nossa dívida social é sem tamanho, ainda mais o Brasil com o Coeficiente de Gini que tem, mas, de qualquer maneira, o Brasil agora deu uma galopada. E é bom que continue, é louvável. Mas nós precisamos galopar no outro lado, o lado ambiental. O Brasil precisa ser arrojado nesse sentido. Nós queremos ser o país — incrível, o Brasil virou o país do futuro no presente. Então, essa agenda do limpo, do ambiental, é toda de nosso interesse.

A minha apresentação tem um monte de dados, provocações. Honestamente eu não me preparei para esta audiência, mas, de todo modo, tenho alguns dados. Eu vou passar algumas coisas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Muita gente perguntou qual é a diferença desse negócio de economia verde, de desenvolvimento sustentável.

A Rio-92 consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável, como atender as gerações presentes sem comprometer as disponibilidades futuras e integrar os três pilares, econômico, social e ambiental, mas ficou o desafio de como integrar isso.

O mundo deu voltas. Nós estamos num patamar melhor.

Eu coloquei que todas as crianças, os estudantes e as donas de casa sabem que é preciso crescer de forma sustentável, quer dizer, crescer protegendo o meio ambiente. As crianças, os estudantes e as donas de casa sabem, mas alguns setores produtivos da sociedade brasileira sabem, e não querem admitir isso. Aí vem a questão de quem paga.

Os avanços de conhecimento de tecnologia mostraram que é possível crescer muito mais de forma limpa e eficiente. E o Brasil foi muito bem, obrigado, em setores como energia, agricultura e reflorestamento. Inclusive, foi um modelo. Podemos ficar orgulhosos disso. Mas parou por aí! E depois?



Está bem. Fizemos o Proálcool, agriculturas *zero tillage* — plantio direto. A EMBRAPA tem uma capacidade de genética sem tamanho, incomparável mundialmente. O Brasil é uma referência. Quanto ao reflorestamento, o Brasil aprendeu, como ninguém, a fazer o reflorestamento em condições distintas e com plantios rápidos. Mas temos que continuar essa corrida. O Brasil está ficando meio assim. Onde está a energia solar, a eólica? Ainda há espaço para nós avançarmos muito.

Essa crise de 2008 e o despertar para o aquecimento colocam novos paradigmas agora. E eu acho que o aquecimento global... Quando falamos em limites de crescimento, pensem mesmo no carbono.

Sou uma pessoa da área de meio ambiente, mas fico confortável em dizer o seguinte: na dimensão do que estamos falando, questão de recursos hídricos, florestas — florestas, mais ou menos —, poluição do ar, a crise ambiental de que falávamos em 1992, nesses 20 anos, aprendemos muito e não é impossível termos controle muito firme sobre essas questões. Quanto ao aquecimento global, não. Esse é, realmente, o desafio. O *Silent Spring* falava que os minerais iriam acabar, desse tipo de limite ao crescimento. Não é disso que se está falando, já aprendemos que isso não é limite de crescimento, de forma alguma. O que é realmente limitante são o carbono e os outros gases de efeito estufa.

Esta frase eu quero deixar explícita — Cláudio Frischtak, colega nosso consultor e grande amigo, belíssimo economista: “*é a natureza do crescimento que tem que ser repensada*” (...) “*uma nova economia, produtora de bens e serviços ‘verdes’, com um padrão de consumo distinto do atual*”. E a pergunta é se “*será capaz de gerar emprego, renda (...) bem-estar, consistente*” com uma população ainda crescente e com aspirações também crescentes de consumo tradicional.

O André, o Embaixador afirmou que, como vai entrar um monte de gente nesses novos mercados consumidores, é justo, digno e desejável que tenham acesso a esse consumo. Mas, se for do jeito que ele é hoje, não dá, a conta não fecha de forma alguma.

Eu coloquei a pergunta se isso é preocupação para país rico ou para país pobre, mas já apresentei a minha posição.



Aqui há alguns dados sobre economia, coloquei a minha disciplina acadêmica.

Este é o crescimento do PIB do Brasil entre 1995 e 2010, quer dizer, extraordinário desempenho do Brasil. A nossa balança comercial — não dá para ler muito bem, imagino, daí de trás — também tem saldo de 50 bilhões de dólares, quer dizer, é muito... é claro que é em função da taxa de juros, preços de *commodities* etc. mas também em função do nosso setor de exportação.

O Brasil entrou no comércio internacional como um *player* importante. Se olharmos para o setor agrícola, o Brasil é importantíssimo.

No entanto, surpreendentemente ou não, o Brasil exporta recursos naturais. Se olharmos em termos de intensidade de recursos naturais, capital e trabalho embutidos nas exportações brasileiras, veremos que o Brasil exporta meio ambiente: exporta água, exporta minério, exporta agricultura. Então, devíamos tentar aumentar um pouco o peso do verde e do vermelho ali embaixo.

Em relação à pobreza, o Brasil, como eu disse, vai muito bem, obrigado. Esse é um trabalho do Ricardo Paes de Barros, da SAE, conhecido de quem milita na área. Como o Embaixador mencionou, essa linha vermelha são as Metas de Desenvolvimento do Milênio, MDGs. O Brasil, em 2006, já havia atingido as metas que estavam programadas para 2015, e a uma velocidade grande. Essa é a evolução da pobreza extrema no Brasil. Realmente, é notável, e é inegável, também, a importância do Governo Lula. A inflexão ali começa realmente no período do Governo Lula.

Outra maneira de ver isso é o índice de Gini. O Brasil sempre teve uma posição meio vergonhosa, vamos ser honestos, com relação à nossa distribuição de renda. Se há uma coisa de que não podíamos nos orgulhar era isso. E ainda temos que continuar não nos orgulhando, porque a distribuição de renda no Brasil não é nada boa. De qualquer forma, o gráfico pelo menos é alentador, porque, fora outros vieses e outras inflexões não desejadas, estamos indo muito bem, obrigado, em uma trajetória correta.

Isso aqui pode ser um pouco mais complicado, mas mostra o crescimento da renda *per capita*, dividindo a população brasileira em grupos de 10. Então, são os 10% mais ricos, os 10% mais pobres, e todo mundo aí no meio. O começo, a



primeira barra, mostra a taxa de crescimento da renda *per capita* dos mais pobres no Brasil. Então, a taxa de crescimento da renda dessa população mais pobre é muito mais alta do que, olhando para o extremo à direita do gráfico, a taxa de crescimento da renda dos 10% mais ricos. Vemos que a renda dos ricos cresceu muito menos do que a renda dos mais pobres. Então, é uma trajetória resiliente. É isso que faz a renda ser distribuída. Vai crescendo, não quer dizer que a renda dos ricos tenha que parar de crescer. Ela cresce, só que cresce menos do que a da população pobre. Então, o Brasil realmente pode ficar orgulhoso dessa trajetória social.

Esses são os programas de transferência do Governo, que não preciso lembrar: aposentadoria urbana, aposentadoria rural, Bolsa Família. O mais notável deles é o Bolsa Família, em termos do impacto, das transferências condicionais. Mas eu acho que eu não vou abordar isso agora. Eventualmente, falaremos sobre isso.

No que se refere ao meio ambiente, o mundo e o Brasil podem ficar bastante orgulhosos. Não tenho tempo para falar sobre todos esses indicadores. Esse, por exemplo, é o consumo de ODS.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Será que devemos ficar orgulhosos do Brasil, mesmo depois da votação do Código Florestal?

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Pois é. Isso aí... Eu não posso... Vamos deixar espaço para as intervenções depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Eu pediria que as intervenções ficassem para o final.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu não estou orgulhoso, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Tudo bem. Todos vão ter oportunidade de intervir depois das exposições dos nossos convidados.

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Obviamente, eu estava falando sobre a questão social, e posso voltar o eslaide no qual eu mencionava que há setores da sociedade que não estão ainda muito em linha com isso.

O gráfico mostra o consumo de Ozone Depleting Substances, que são substâncias que destroem a camada de ozônio. À esquerda, o vermelho, é o consumo no âmbito mundial e, à direita, no Brasil. Isso é notável. Apesar de ser fácil, porque...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Pois é. É relativamente simples a solução, porque era somente um conjunto de empresas que emitiam isso, da refrigeração. Era um grupo pequeno. Elas mesmas, as empresas, tinham a solução para o problema. Então, era bem mais fácil esse acordo. Não estou minimizando o esforço envolvido. O fato é que o Embaixador deve ter negociado isso. Foi coisa fácil. Difícil vai ser o clima, mas, enfim, resolveu-se muito bem, obrigado.

Em relação às áreas protegidas, aí está o percentual, não dá para ler direito, mas são as áreas de florestas, costeiras e marinhas. Então, está crescendo o número de áreas protegidas. Também estamos numa tendência boa.

(Segue-se exibição de imagens.)

O acesso à água limpa está muito bem também. O Brasil sempre esteve bem. Só não esteve bem na sua distribuição. A Região Norte, como vou mostrar no gráfico, mais do que a Região Nordeste, inclusive, não está... Surpreendentemente; não é por falta água. Se há uma região que tem água para burro é a Região Norte.

Embaixo está o número de acordos ambientais. Então, há vários avanços.

Agora, a matriz energética brasileira é outra coisa da qual, em âmbito global, o Brasil pode se orgulhar. Temos uma matriz ainda bastante limpa. Todos sabem que ela vai ficar suja, que o Brasil está exaurindo sua capacidade de produção de energia limpa. Há preços, há correntes de mercado das fontes de energia — vamos deixar isso bem claro. A tendência é o Brasil realmente agora sujar a sua matriz energética. Mas, até agora, vamos bem na fotografia, obrigado.

Este é o único gráfico que eu coloquei sobre aquecimento global, que é, como os senhores sabem, a variação das temperaturas e os extremos — isso é o que interessa. O aumento da média de temperaturas anômalas não está na tendência que nós queremos, e é isso o que realmente preocupa. Quando há uma nevada no sul dos Estados Unidos, em maio, ou quando há um ciclone na costa do Atlântico Sul, como tivemos há uns 3 anos — esses eventos completamente fora do mapa é que são os preocupantes.

Esta é a origem das emissões. Os senhores sabem que esse é outro problema, como o Deputado já colocou, que não nos deixa orgulhosos, porque as emissões do Brasil são majoritariamente decorrentes do desmatamento da



Amazônia e Cerrado brasileiros. Ninguém fica contente por isso. É uma pena. Poderíamos ser um emissor tão baixo, mas temos esse fardo nas costas. Essa também é uma questão fácil que o nosso Embaixador está resolvendo nas negociações internacionais.

O setor privado também... A pergunta é: como trabalhar com o setor privado? É basicamente isso, é a questão da responsabilidade social corporativa. Isso vai ter um papel agora, porque tem que ser com o setor privado. O Governo cada vez tem menos importância como produtor de bens e serviços, mas ele é o regulador. E como trabalhar isso? Está muito mal, parado. Acho que esse é um diálogo que tem que aumentar.

Finalmente, economia verde. Acho que ainda existe muito espaço para avançar sobre as ineficiências e aproveitar o que é *win-win*, o ganha-ganha, principalmente no setor de energia. Isso não é caro nem é muito complicado, mas é preciso ter vontade política.

Nisso eu e o Alfredo concordamos, porque tem que ter um avanço. Mas acho que não podemos, Alfredo, esperar um grande fundo de não sei o quê. Não é nada, isso aí é o setor privado correndo atrás de onde estão as oportunidades. Sim, alguns programas de incentivo do Governo, etc., associação com universidades, algum tipo de fomento... Mas acho que também não é tão complexo assim. Acho que é de interesse privado sair nessa corrida.

Os obstáculos são: inércia política de interesses particulares, de governança, em parte, financeira. O Deputado colocou que o Código Florestal foi barrado. Pois está aí. Há interesses. Há uma inércia para vencer isso.

O mundo permanece profundamente desigual. Isso é outra questão. Ou seja, os países ricos consomem 75% de tudo com apenas 16% da população mundial. Daqui a 20 anos, a população vai ser 90-10 e a renda, 50-50. Quer dizer, a desigualdade de população vai aumentar mais ainda para um consumo só 50-50. Então, essa desigualdade mundial não vai passar.

Crescer é fundamental. Os avanços sociais são inegáveis, ainda que inegavelmente tardios, mas, no âmbito global, nós precisamos melhorar a distribuição. O *mainstream* ambiental foi tímido em geral, mas não foi nulo. No Brasil,



nós temos iniciativas como o Protocolo Verde, Bolsa Floresta, Bolsa Verde, quer dizer, são ganhos, mas têm quer ser continuados.

E, finalmente, o último *slide*. Respeitar os limites dos recursos naturais é fundamental, principalmente quanto ao carbono. A inovação tecnológica foi meio esquecida na equação passada. Na Rio 92 isso não apareceu muito. Hoje em dia eu acho que é um dos cerne da questão. Os custos globais para lançar uma economia verde global demanda alguma coisa como 1 trilhão de dólares. Ocorre que 1 trilhão de dólares não é nada se olharmos para o PIB mundial, que é de 61 trilhões de dólares. E os ganhos esperados seriam da ordem de 3 trilhões de dólares. A Rio+20 não vai tratar do aquecimento global, não tem problema com isso. Há um foro específico para discutir o aquecimento global. Mas a questão ambiental que realmente preocupa é o aquecimento global.

Está aí o meu *e-mail* para os colegas que quiserem fazer qualquer consulta e demais esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Inicialmente eu vou fazer algumas considerações, depois vou passar a palavra para os Deputados presentes.

Eu gostaria de explorar a nossa discordância em relação à questão do PIB, porque você, como economista e passou a vida toda trabalhando com ele, então, gosta do indicador, mas eu queria fazer algumas observações. Eu gosto sempre de citar uma metáfora muito interessante que foi levantada pelo nosso colega Eduardo Azeredo, que estava aqui presente e teve que se retirar. Ele, numa das reuniões desta Comissão, ilustrou muito bem um dos problemas que pegam profundamente com o PIB, pedindo para visualizar a Ilha de Espanhola. A Ilha de Espanhola, nós sabemos, tem 2 países: a República Dominicana e o Haiti. Ao longo da sua história, a República Dominicana mal que bem preservou as suas florestas, e o Haiti desmatou completamente o seu território. Hoje, o Haiti é o país mais pobre das Américas disparado.

Mas o que acontecia na época em que o Haiti promovia esses megas desmatamentos em termos de cálculo do PIB? Evidentemente que o PIB do Haiti estava lá em cima e o PIB da República Dominicana estava embaixo. Mas isso se reverteu mesmo em crescimento econômico futuro, já não falo nem em



desenvolvimento social e econômico equilibrado. Mas mesmo o crescimento mais bruto, digamos assim, simplesmente quantitativo, ele pode ser comprometido por política desse tipo. No entanto, enquanto elas estão acontecendo, o PIB está crescendo. A mortandade no trânsito joga o PIB para cima.

A Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, junto com uma equipe de primeiríssima qualidade, foi encomendado, alguns anos atrás, pelo Presidente Sarkozy, um estudo. Eu tive a paciência de ler aquele negócio, que é um catatau desse tamanho — graças a Deus escrito em linguagem bastante acessível; não está em “economês”. Então, para mim, primeiro, salta aos olhos que aquele calhamaço não é aplicável ao PIB da forma com que foi concebido, porque o Stiglitz e a sua equipe levantaram demasiadas variáveis que teriam que ser incorporadas ao PIB. Inclusive colocaram a situação de que a grande maioria dos países sequer, no seu sistema de contabilidade nacional, neste momento, tem a capacidade de registrar essas variáveis.

Mas penso que pelo menos a incorporação de uma variável ambiental ou duas e uma variável social ou duas ao PIB seria absolutamente fundamental, porque, embora o que você coloque seja verdade, que, do ponto de vista estritamente acadêmico, o PIB é neutro, ele, porém, mede o crescimento quantitativo da produção, digamos assim, em última análise.

O fato é o seguinte: o PIB passou a ser considerado politicamente a grande referência de desenvolvimento econômico dos países. Então, os Governos ficam apavorados quando seu PIB baixa e ficam eufóricos quando seu PIB sobe. Muitas vezes, isso tem pouco a ver não só com a questão social daquele país específico, como sequer com suas possibilidades de desenvolvimento futuro, como se aquele crescimento do PIB naquele momento estivesse prometendo um desenvolvimento, mesmo quantitativo, no futuro.

Eu acho que, de fato, ele é um indicador deficiente. A solução está em você criar outros indicadores, como o que eu chamo de indicador mascote. Vamos criar aqui um indicador verde que leve em consideração isso tudo. A tendência que vemos com esses outros indicadores — e alguns você até citou, como o de Gini, etc. — acaba com você criando um indicador mascote, mas sendo que o PIB continua sendo o alfa e o ômega do desenvolvimento econômico.



Acho que a Conferência Rio+20 é uma oportunidade para se contestar essa questão. O caminho seria incorporar uma ou duas variáveis do Relatório Stiglitz no cálculo do PIB e adotar isso como, de fato, o PIB. Mas não manter o PIB exatamente como está, eis que tem de haver outro indicador, o mascote, que serve para a imprensa usar para determinados artigos e tudo, mas de que o mundo oficial praticamente não toma conhecimento. Então, essa é a primeira observação que eu queria fazer.

A segunda observação é em relação àquele conceito que nós discutíamos: o conceito do *New Deal Verde*. Eu vejo que aqui há dois aspectos. Acho que é um investimento governamental, sim, público, dos Estados, no mundo todo, que evidentemente é apoiado por um investimento, que eu consideraria também público, das agências multilaterais. E penso que aqui existe outro aspecto que precisa ser discutido, que é este: de que forma você consegue atrair esses trilhões que hoje se encontram na especulação financeira internacional, em uma época em que os Governos têm pouco dinheiro em caixa, mas quando há recursos abundantes especulativos na finança internacional, na mão de fundos de pensão, na mão de *venture capitals*, na mão dos próprios bancos de investimentos, na mão de uma gama relativamente variada de agentes? Eles estão aí, como uma nuvem, flutuando, causando esses sobressaltos econômicos que temos visto. E a pergunta de 1 milhão de dólares que não quer calar: qual seria a maneira de atrair esses capitais da especulação para uma economia produtiva de baixo carbono? Acho que esse é o grande desafio. O que eu chamei aqui de *New Deal Verde* não é suficiente, dado o fato de que os Governos, neste momento, têm uma disponibilidade relativamente escassa de recursos.

Então, como seria isso, uma taxação, uma Taxa Tobin, uma taxa internacional do carbono, estímulos, criação de toda uma nova arquitetura financeira internacional, uma espécie de Bretton Woods do baixo carbono? Isso é possível? Esse é o caminho? Acho que essas são questões extremamente pertinentes que se colocam.

Finalmente, quanto à questão do combate à pobreza e dessa euforia nossa, dos chineses e, de alguma forma, também dos hindus em relação aos avanços dos últimos anos contra a pobreza, acho que foram avanços extremamente importantes.



Agora, quando dizemos que a classe média do Brasil aumentou em 30 milhões ou que a classe média da China aumentou em 400 milhões de pessoas, acho que é necessário ter uma cautela significativa. O aumento da capacidade de consumo das pessoas e das famílias não significa necessariamente que elas passaram a incorporar a classe média, na medida em que existe uma série de fatores, como de educação, culturais e de infraestrutura, que ainda puxam esse vasto contingente da população, quer no Brasil, quer na China, quer na Índia, para trás. Então, na verdade, o que houve foi um aumento de consumo bastante acentuado dos mais pobres, o que é evidentemente uma situação que pode até ser reversível. Irreversível é quando os povos atingem um nível de educação, um nível cultural e passam a morar dentro de um contexto de infraestruturas básicas que de fato qualificam a sua vida cotidiana. O simples aumento de consumo é bom, é importante, não é trivial; mas ele não é suficiente para indicar, digamos assim, uma conquista definitiva no que se refere ao combate à pobreza.

Eu gostaria de saber se existem entre os Parlamentares alguém que... Ivan Valente se inscreveu. Estão abertas as inscrições, primeiro, aos Parlamentares, e, depois, aos outros membros aqui da nossa distinta plateia.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobres convidados, primeiro, eu queria pedir desculpas por não poder ter ouvido o conjunto das intervenções. Nós estamos reunidos aqui, eu e o Deputado Aluizio, da Frente Parlamentar pelo Voto Aberto. Trata-se de uma campanha que precisa vingar, porque, daqui a pouco, o Senador Demóstenes vai a plenário e vai ser absolvido. Aqui tudo é possível. Jaqueline Roriz foi; então, não duvido de que o Demóstenes também seja. Nós precisamos tomar medidas para não desmoralizar a nossa própria atividade, não é Aluizio? Então, peço desculpas a vocês.

Quero dizer que o tema da Rio+20 é complexo porque é uma análise global. Mas eu parto da ideia de que o país que sedia a Rio+20, que é o Brasil, deveria ser, digamos assim, o hospedeiro, a figura que recepciona, mas, ao mesmo tempo, o *enfant terrible* da Rio+20. Ou seja, ele não pode chegar lá fazendo todas as médias, aquelas médias conformistas de que o mundo é assim mesmo. E, nessa correlação de forças, eu começo pelo final.



O nosso assessor, o Sérgio, abordou a questão do que significa hoje a concentração de bens, serviços e felicidade, vamos dizer assim, nos países ricos, que detêm 16% da população e consomem 75% do que se produz. E a tendência é aumentar isso, 90% a 10% nos países centrais, porque a demografia é muito baixa nesses países. Mas o poder se concentra não agora debaixo da crise.

Então, há uma crise. Eu não tenho certeza de que o debate seja uma questão... Eu pergunto a todos que aqui estão, do Ministério da Fazenda, das Relações Exteriores, o seguinte: qual é o impacto dessa crise que nasceu em 2008, que foi mais grave, volumosa, evidentemente, e também conceitualmente, do que a crise de 1929? Aquele era um outro estágio da era do capital, vamos chamar assim. E esse estágio mostrou que a hegemonia do capital financeiro chegou a tal ponto que eles determinam a vida e a morte no planeta. Isso é verdade. Então, nós estamos ainda propondo coisas, como a Taxa Tobin, por exemplo, que é uma medida amplamente aceita de justiça social, mas muito pouco para o que significa a concentração e o lucro financeiro no mundo. É muito pouco.

Agora mesmo, na Europa, nós tivemos a seguinte questão. Há uma violenta pressão para que a Grécia, que é um país relativamente pequeno populacionalmente, faça um mega-ajuste fiscal, um sacrifício brutal na sua população, para economizar alguns bilhões de euros. No entanto, o Banco Central europeu que congrega lá o núcleo central, controlado pela Alemanha e pela França, particularmente pela Alemanha, deu 1 trilhão de euros para esses bancos, para ficarem sossegados com a crise grega.

Agora, o que fica, Sirkis, é o seguinte: é saber se esse capital, baseado na emissão de títulos, etc., é um capital real, que poderia ser transformado em capital produtivo, em investimento produtivo. Porque há muita especulação. Então, existem grandes papéis; e há uma distorção entre o mundo virtual, do papel, e o real, do capital.

Ao mesmo tempo, o que está acontecendo na Europa agora — há o exemplo da Grécia, da França, da Holanda — é uma movimentação anti-austeridade. Isso é claro, é flagrante e é muito bom que aconteça, porque austeridade não resolve nada. Isso aí é concentração maior de renda, de riqueza e de poder.



Então, eu trouxe essas questões para nós. Por que eu disse que o Brasil devia ser o *enfant terrible*? Pelo seguinte: uma das boas iniciativas do Brasil foi não ter aceito a ALCA — Área de Livre Comércio das Américas, porque aquilo era negociar em condições absolutamente desiguais, assimétricas, o que causaria mais dependência e mais concentração no topo. Mas ainda não é suficiente, porque o sistema não é denunciado.

O Deputado Paulo Piau, como eu, é um combatente antiagronegócio, não do agronegócio em si, mas da lógica que ele tem no Brasil. Os ruralistas acham que fazemos o papel do núcleo central da economia americana ou europeia. Ao contrário, nós somos anti-imperialistas. Dizem que essa palavra está ultrapassada, mas não está — não é, Sirkis?

Então, qual é o problema? O problema não é se nós vamos competir com uma reprimarização do País. Nós temos que ter outra matriz, esta é a questão. Para discutir Rio+20, efeito estufa, outra economia, parece-me que temos que ver o seguinte. Aqui no Brasil, valoriza-se... Descobriu-se o pré-sal. Mas, digam-me uma coisa: será que a biodiversidade brasileira, em termos de potencial econômico, social, futuro, não é maior do que o pré-sal? A biodiversidade é como se estivesse num armário. Isso não vale nada. Por exemplo, será que o Brasil um dia vai ter uma potente indústria farmacêutica, de química fina, e aproveitar a floresta para a produção, de forma sustentável e tal? Essa é uma outra discussão. Nós vamos discutir o pré-sal, e nós estamos discutindo *royalties*. Farinha pouca, meu pirão primeiro. Os Municípios, os Prefeitos estiveram aqui. Quer dizer, tudo se resume ao imediato.

Então, o que eu queria dizer é um pouco isso. Eu acho o seguinte, que nós deveríamos fazer sinalizações.

Quero finalizar — nosso tempo é curto; desculpe-me, Sirkis — com a seguinte questão. Fizemos aqui toda uma campanha... Por exemplo, eu acho que o Brasil tem um potencial brutal, que é o da posse da água potável, da biodiversidade e uma extensão territorial fantástica, e que pode aumentar, e muito, a sua produtividade agrícola. Tem-se que mudar a matriz, não reprimarizar o País. Esta é a nossa divergência com o agronegócio. E a sinalização que nós demos com o Código Florestal foi um grave erro para a sociedade, em todos os termos, seja na questão



da emissão de gases, seja na questão de fortalecer um tipo de modelo, seja na ideia de que o Brasil, para ser um país mais justo, caminha por aí.

Eu não concordo com a ideia da suficiência, de que nós demos um salto estratégico do ponto de vista da distribuição de renda. Não houve isso no Brasil, desculpe-me. É verdade que houve alguma distribuição de renda, mas ela produz um consumo, na minha opinião, pouco sustentável e até predatório. Vejam o que se investe na indústria automobilística, quando mandamos o cidadão pagar 400 reais por mês por um automóvel. São mais e mais carros. Em São Paulo se anda a uma velocidade de 11 quilômetros por hora, no máximo.

Então, essas questões precisam entrar em uma lógica de matriz. Nós temos que ter uma outra visão. E eu não acho que isso seja, e finalizo com isso, em se dando à iniciativa privada. Esta é uma a discordância com Sérgio. É o contrário. Temos que reverter a ideia. O Estado precisa assumir sua função estratégica de um país que tem um imenso déficit, um passivo social em todos os sentidos. Por exemplo, nós somos aqui um dos lutadores pelo investimento de 10% do PIB para a educação. Está-se votando o PNE aqui, o Plano Nacional de Educação. E isso não passa. E não passa porque o Brasil gasta metade do que arrecada, pagando juros, amortizações e rolagem da dívida. Essa é a realidade do Orçamento brasileiro. Então, não se tem 10% do PIB e não se tem alavancagem para o futuro.

Quem conhece a educação brasileira sabe que vamos crescer até um certo ponto. Quem conhece uma sala de aula no Brasil — e não estou falando do Norte e Nordeste; estou falando de São Paulo, porque sou Deputado por São Paulo —, sabe que é péssimo o nosso ensino. A qualidade do ensino da esmagadora maioria da população brasileira é péssima!

Então, eu acho que o nosso País precisaria de uma ousadia, que eu chamaria de ousadia política. Por isso os exemplos com a biodiversidade, os gases de efeito estufa, a questão do Código têm um efeito simbólico muito forte não só para o Brasil, mas para os países Terceiro Mundo, os BRICS, que deveriam resgatar esses pontos. Mas eu não sei o que a Rio+20 pode nos mostrar além da ampla hegemonia que têm os grandes países capitalistas centrais. Vamos verificar. Acho que esse é um grande debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Dr. Aluizio, por favor.

O SR. DEPUTADO DR. ALUIZIO - Deputado Sirkis, demais membros da Mesa, eu vou ao encontro do que o Deputado Ivan Valente falou, mas vou usar outra máxima brasileira, principalmente no interior do País: quem convida dá banquete.

O Brasil é o país da biodiversidade, do sol, da água, da província petrolífera do pré-sal, mas é também o país do Código Florestal, o país da desigualdade, é o país da educação ruim. O Estado que hoje se oferece, que convida para a Rio+20, tropeça no processo educacional da sua própria população. E faço uma pergunta muito singela e clara: qual é o retrato do Brasil para os integrantes da Rio+20? como sairemos desse processo? Porque hoje estão nas mãos da Presidente o veto do Código Florestal, o veto da provável ruptura dos contratos com os *royalties* do petróleo; e, mais uma vez, o Brasil, que se baseia na política do hidrocarboneto, faz questão de dividir aquilo que ainda não tem.

Então, eu queria perguntar à Mesa: qual é o retrato do Brasil? O que os nossos convidados vão encontrar? Ao sair, o que eles vão falar de nossa casa? Lembrando que quem convida dá banquete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - E em terra de cego quem tem olho é rei. (*Risos.*)

Deputado Paulo Piau.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Presidente Sirkis, inicialmente, quero cumprimentá-lo pelo requerimento para este debate. Claro que estamos aqui buscando informações para formar as nossas opiniões. Eu estou muito feliz aqui hoje porque coincidiram bastante os nossos pensamentos. Mudamos de fórum, de ambiente, Deputado Ivan Valente, e acho que muita coisa está coincidente aqui. Que beleza! Com algumas coisas não concordamos, mas com o voto aberto nós concordamos totalmente. Essa biodiversidade tem que ser aproveitada.

Fiquei muito feliz quando o senhor falou da biodiversidade sendo transformada em produtos. Isso é extremamente importante. Mas como este País não investe em educação, e como também não investe em ciência e tecnologia, nossa biodiversidade vai ficar paralisada se não tivermos mais do que 1,1% de investimento do PIB, e como referência, na área de ciência e tecnologia. Evidentemente, isso é fundamental para que possamos avançar.



Mas eu não entendi bem a palavra do meu grande colega: o país da água, do sol, do Código Florestal... Eu não entendi se o Código Florestal seria como a nossa água. Temos 12% da água doce do mundo. Quer dizer, que bom que temos um Código Florestal hoje. Eu não entendi se ele falou do Código Florestal do lado negativo. Gostaria de ter esse esclarecimento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Pois é, exatamente! *(Risos.)* Mas acho que, na verdade, o mundo procura um modelo diferente. A gente vê na história que isso é chover no molhado, como a questão do comunismo, do socialismo, do capitalismo. Não vamos repetir essa história. Mas a verdade é que avançamos muito e que o mundo procura um modelo produtivo de valorização das competências, sejam grupais ou individuais, mas, evidentemente, com distribuição de renda mais adequada. Com toda a tecnologia que temos hoje no mundo, não é aceitável que a fome ainda grasse no planeta. Segundo a FAO, quase 1 bilhão de pessoas ainda passam fome neste mundo; não têm o suprimento necessário de energia e de proteína.

Mas eu queria aqui entrar um pouco na defesa do próprio Código. Muitas vezes, nós responsabilizamos os produtores que avançam. Mas eu queria aqui também fazer um papel: acho que está muito...

Na Rio+20 nós vamos receber Chefes de Estado, e possivelmente esse não vai ser o momento para lavar roupa suja — roupa suja se lava em casa. Mas o Governo tem de aprender também a cumprir sua parte. Primeiro, que a legislação brasileira já nasce em um cipoal. Temos de mudar esse conceito de fabricação de leis aqui. A lei já nasce complexa. Estou dizendo isso, porque, nessa discussão do Código, outro dia tinha uns 8 assessores, uma metade entendendo o texto por um lado e a outra metade entendo o texto por outro. Imaginem aqui, na fonte; imaginem o cidadão lá embaixo! O que digo exatamente é que a gente está sempre, eu diria, atingindo o art. 24 da Constituição, que diz que cabe à União traçar normas gerais. E a gente fica entrando na norma específica, como queremos agora, como o Senado insistiu, com muita força, continuar com normas específicas de Brasília.

Então eu diria hoje que, nesse aspecto, mesmo no aspecto ambiental, Brasília atrapalha muito o Brasil, porque, a partir do momento em que temos Estados, alguns



com deficiência, mas na sua grande maioria já com capacidade técnico-institucional bastante apropriada, a gente ainda insiste em tomar decisões de Brasília para o Brasil inteiro, isso não é nada inteligente. É questão da regrinha básica das metragens nas beiras dos rios, que foi o ponto mais discutido nesta Casa e no Senado. E continua a mesma discussão, sem entendimento, ou as pessoas não querendo entender que nós temos de distribuir essa competência com os Estados, sim, e até com os Municípios, sim, para que realmente a União seja um Estado fiscalizador, um Estado supervisor dessa lei. E aí já temos outros órgãos também com essa competência.

Então, para a gente proteger efetivamente o meio ambiente — a Rio+20 tem esse viés de desenvolvimento, de combate à fome, mas também de proteção do planeta —, a gente tem de ser um pouco mais inteligente. Primeiro, concordo, *in totum*, com o Deputado Ivan Valente quando diz que a educação é a chave. Se a gente não tiver educação, o País não vai avançar. Mas, antes que isso aconteça efetivamente, nós temos de ter inteligência e fazer políticas públicas capazes de buscar parcerias.

Não adianta a gente ficar responsabilizando hoje os produtores rurais pela degradação do meio ambiente. Eles são hoje provedores e responsáveis por tudo que está ali, responsáveis pela Reserva Legal, responsáveis pelas Áreas de Preservação Permanente. E isso não é justo. A sociedade tem de pagar por esse preço, e não apenas os produtores rurais.

Então, Deputado Ivan Valente, eu diria que, independente de ser agronegócio, independente de ser agricultura empresarial ou familiar, nós temos de ter políticas capazes de fazer com que os agentes, sejam urbanos ou rurais, tenham no meio ambiente um aliado favorável ao desenvolvimento. Porque hoje, do jeito que está a coisa, do jeito que está a lei atual, que é um verdadeiro Frankenstein, ela não pode ser cumprida. Portanto, houve aí o "Veta, Dilma!", um movimento absolutamente inconsequente — eu diria um movimento mais político-partidário do que um movimento pelo desenvolvimento. Nós temos de fazer com que esse pessoal, na verdade, tenha uma lei aplicável, tenha uma lei que possamos ter o prazer de cumpri-la, e não, evidentemente, Deputado Sirkis, o horror de conviver



com uma lei em que todo dia é uma autuação, todo dia é uma multa, todo dia é o Ministério Público assinando TAC.

Então, faço aqui esta observação, porque sei que o Código Florestal será tema de debate na Rio+20 sim. Mas temos de interpretar o que está ali: a história deste País, o que é o Código Florestal efetivamente

Mas temos de interpretar o que está ali: a história deste País, o que é efetivamente o Código Florestal. O que a imprensa tem dito sobre o Código Florestal é um negócio bárbaro entre o que está no texto escrito — não é opinião — e o que a grande mídia brasileira tem colocado, e isso me parece de uma irresponsabilidade total e absoluta! Se querem retratar o que está no texto, tudo bem, o.k., está no texto, as pessoas podem divergir. Agora, deturpar o texto escrito não contribui com nada.

Para concluir, quero falar sobre a questão da política agrícola.

Concordo em que ela tem de ser mais bem elaborada. Os outros países não são modelos para nós, nem no aspecto do desenvolvimento nem no aspecto ambiental. Cada país tem sua independência, tem de desenvolver seu próprio modelo de desenvolvimento. Concordo com tudo isso. É claro que o Brasil é um país diferente, possui ainda essa biodiversidade maravilhosa. E podemos ser diferentes do resto do mundo que já acabou com tudo, mas temos de buscar parceria.

Acho que o Código Florestal vem reparar um comportamento que não foi conveniente, mas que também não tinha lei, não tinha consciência ambiental — afinal, meio ambiente é uma questão nova. Não estou contemporizando. Acho que essa pressão dos ambientalistas, das ONGs, é uma pressão positiva, para que a gente ache o caminho do equilíbrio, o caminho da conveniência, mas sem prejudicar evidentemente o lado brasileiro.

Como disse o Dr. Sérgio, hoje nós somos referência em produção de alimentos, em produção de energia limpa, e nós temos de nos orgulhar disso. Agora, temos de acertar o caminho. Eu sempre falo que essa é uma questão grave. Uma pessoa pode dar um cavalo de pau num carro, mas não pode dar um cavalo de pau num trem de ferro. E modelo de desenvolvimento é trem de ferro e não carro. Por isso, quando a gente busca um consenso, uma conciliação, é efetivamente



defendendo o texto do Código Florestal, porque 40% do território brasileiro já está antropizado.

Nós estamos dando oportunidade a essas pessoas de regularizarem sua situação. Nós não podemos falar que está existindo anistia e que isso vai provocar desmatamento. Acho que esse é um ato, perdoem-me, de irresponsabilidade com a própria Nação brasileira.

Então, acho que a Presidente Dilma pode ir para a Rio+20 exibindo o Código Florestal e não dizendo “Que vergonha este Código Florestal!” Basta realmente a gente discuti-lo e interpretá-lo corretamente.

Queria fazer outra sugestão, porque temos aqui pessoas do Governo. Que o Governo, que tem a mídia tão pesada neste País, possa colocar efetivamente para a sociedade brasileira o que está escrito no Código Florestal — efetivamente, sem paixão, sem ideologia, sem interpretação. O que está escrito? Isso. O povo brasileiro quer isso? Quer. Não quer? Então, evidentemente nós temos de mudar nossa posição, porque nós estamos no Congresso Nacional.

Acho que vender uma coisa que é escrita, e com um outro viés, não me parece bom nem para a Rio+20 nem para o nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Muito obrigado, Deputado Paulo Piau.

Antes de devolver a palavra aos nossos convidados, gostaria de tecer algumas considerações sobre o que V.Exa. acabou de dizer.

Em primeiro lugar, quero enaltecer o seu tom cordato, a sua simpatia. Penso que, se V.Exa. tivesse sido o Relator do Código Florestal desde o início, ainda que não o considere imparcial, mas se tivesse sido, desde o início, pelo seu temperamento, que é o oposto do temperamento do Relator anterior, e pelo fato de V.Exa. parecer uma pessoa mais propensa ao diálogo do que seu antecessor, é possível que essa discussão não teria sido o diálogo de surdos que foi aqui dentro. Porque, de fato, não existe um antagonismo entre uma visão ambientalista avançada e os interesses da grande maioria dos produtores rurais, sobretudo dos pequenos produtores da agricultura familiar, daqueles que produzem os alimentos



essenciais no Brasil. Não há antagonismo entre a preocupação desses dois segmentos.

No entanto, desde o início, a discussão aqui foi absolutamente polarizada. Desde o início, o Deputado Aldo Rebelo acusou todos aqueles que defendiam nossa posição, os ambientalistas, das coisas mais disparatadas. Eu, por exemplo, numa dessas reuniões, fui objeto da acusação mais chique que já me fizeram na vida: o de ser um agente da agricultura francesa. Achei isso realmente uma glória: ser agente da agricultura francesa! Então, aquele foi um diálogo de surdos.

Da mesma forma como colocado por alguns dos nossos convidados, eu vejo profundas deficiências no esquema de comando e controle, como, digamos, a base de uma política de preservação. Eu acredito muito mais em estímulos; acredito em parcerias e em estímulos.

Por outro lado, concordo em que é muito difícil aplicar-se rigidamente uma legislação a toda extensão de rios no Brasil, considerando que o rio ora é de um modo, ora é de outro modo, e que existe uma diversidade de regiões.

Penso que hoje, inclusive, nós e, acho, as exposições durante esse processo, sobretudo do INPE, do Carlos Nobre, de seu irmão Antonio Nobre, exibiram todas as ferramentas que hoje estão à disposição, para se poder analisar não genericamente, mas, naquele trecho de rio, qual a necessidade que aquele trecho de rio tem especificamente na largura da sua faixa marginal de proteção. Hoje é perfeitamente possível, tecnologicamente, de se chegar a uma precisão muito grande, embora, pelos exercícios e modelagem que eu tenho visto, de fato, dificilmente abaixo de 15 metros. Estivemos com o responsável pela agência Nacional de Águas em outra audiência, e ele colocou que, do ponto de vista realmente do que eles propugnam, que é a defesa dos corpos d'água, para que de fato se possa ter uma chance de manter esses rios, apesar do processo de crescimento global, ele considera que 30 metros é algo mais do que razoável. Mas, de qualquer jeito, admito que poderíamos ter um tipo de legislação em que, basicamente, houvesse um mínimo, e onde se delegasse o resto a uma análise *ad hoc* feita pelo ferramental tecnológico que hoje está disponível. Mas isso nunca teve chance de ser discutido.

Outra questão é que vejo, na questão de recuperação do meio ambiente degradado, que poderíamos chegar a uma situação em que plantar floresta se



convertesse em um excelente negócio para os grandes, para os médios e para os pequenos produtores. Nós imaginamos que vai haver uma disponibilidade de títulos de emissão de carbono, se houver um acordo firmado, da ordem talvez de 200 ou 300 milhões, num prazo relativamente curto. E o Brasil é o país melhor capacitado para recepcionar esses títulos, podendo eventualmente os bancos oficiais adiantarem um financiamento para o produtor rural e se ressarcirem com esses títulos de emissão, desde que, obviamente, e o Embaixador há de concordar comigo, não haja aquela fraude, aquela dupla contagem que muitas vezes aconteceu em relação aos títulos de carbono, notadamente os da Europa. Mas, de qualquer maneira, esse é um caminho.

A ideia é de que nossa pecuária é pouco produtiva. Temos aí 1 boi por hectare; e poderíamos ter 3 facilmente. Isso poderia liberar uma quantidade de terra para reflorestamento; poderia ser, digamos, dois terços por biodiversidade e um terço por reflorestamento econômico.

Ou seja, existia um campo vasto de diálogo de negociação. Mas aconteceu aqui dentro um rolo compressor, aproveitando-se realmente o poderio que a bancada ruralista, de fato, tem, e aproveitando-se, com habilidade e até com uma certa inteligência política, as várias contradições de natureza fisiológica que existem entre o Governo e sua base de apoio. Consta-se que se criou uma maioria absolutamente avassaladora, que em nenhum momento quis dialogar, e que procurou caricaturizar as posições ambientalistas. E é claro que quando chega o momento de polarização grande, cada um recua e passa a fazer não aquele discurso que de fato é um discurso da realidade, mas um discurso que sua base social quer ouvir.

Então eu reconheço que, muitas vezes, subo à tribuna já descrente da possibilidade de diálogo com V.Exas. que representam o setor rural. Então, na hora de falar, vou falar para meu público, que é o público ambientalista, sobre quem mais eu baixo o sarrafo. Senão vão dizer: *"Poxa, Sirkis! Você anda muito moderado. Como é que é essa história? Queremos o bom e velho Sirkis de volta"*.

Então, tenho que fazer um discurso *a la* Ivan Valente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Estou falando em termos de estilo. O nosso estilo de discursar é diferente. V.Exa. é mais vibrante, e eu sou mais acanhado, digamos assim. Mas, como dizia, subindo à tribuna, para agradar meu público, tenho de ter aquele tom extremamente agressivo, que acho que não constrói; porque, quando se chega a um impasse político total, como se chegou no caso do Código Florestal, acaba cada um recorrendo às armas que possuem. Então esse setor ruralista tem uma arma de uma avassaladora maioria aqui dentro, enquanto nós temos a arma de termos o setor artístico do nosso lado: tem a Camila Pitanga, tem a mídia toda, tem a opinião pública nacional e internacional — e pronto! E vamos aí para o jogo de soma zero, cada um com seus *assets and liabilities*, como diriam os americanos. E vamos para o jogo de soma zero, porque essa discussão do Código Florestal poderia ter sido interessante, que passa pela questão de economia verde no setor rural, onde pudéssemos realmente olhar, dentro das preocupações de cada, porque entendo a preocupação, entendo perfeitamente a preocupação de vocês em relação à burocracia governamental. Muitas ONGs foram vítimas também de coisas totalmente absurdas no campo do IBAMA, por exemplo. No Rio de Janeiro, a Polícia Federal pegou, tempos atrás, uma quadrilha dentro do IBAMA que fazia extorsão das atividades econômicas, no caso urbano. Colocou uns tantos quantos na cadeia.

Então não acho que o comando e controle, a fiscalização e a repressão sejam o melhor caminho. Mas, às vezes, eles são o caminho que temos.

Se formos analisar como que o Brasil conseguiu de fato, pela primeira vez na sua história, a partir de 2006, diminuir substancialmente o desmatamento, vemos que houve um componente repressivo, grandes operações da Polícia Federal, um envolvimento das Forças Armadas, o confisco de uma enorme quantidade de toras de madeira ilegal, todo um trabalho de pressão em cima das indústrias, fechamento de serrarias clandestinas, etc.

Por outro lado, houve uma arma fundamental, que foi singelamente negar o crédito dos bancos oficiais para aquelas propriedades que tivessem sido embargadas por desmatamento irregular. Tenho a impressão — não tenho certeza — de que, de todas as armas utilizadas nesse período de desmatamento da Amazônia, a mais eficaz foi essa.



E, dentro da mudança do Código Florestal, houve uma série de sutis tentativas, umas sutis, outras menos sutis, de fazer com que isso parasse de valer. Porque o grande problema é este. Concordo com V.Exa. em que num mundo melhor do que vivemos aqui, num país melhor do que o que nós vivemos aqui, teríamos uma legislação genérica definindo alguns padrões mínimos. Aí então haveria, sim, uma autonomia maior por parte dos Governos de Estado e das Prefeituras, e com todo o ferramental tecnológico, para poder cada decisão extremamente levar em consideração aquela situação específica existente nesse ou naquele ponto e naquele momento.

Agora, o problema é que temos Governos de Estado onde a máquina de fiscalização é totalmente dominada pela corrupção do latifúndio. Tivemos numerosos escândalos que mostraram até que ponto esses organismos são completamente dominados por interesses vinculados aos desmatadores. E a esfera federal, conquanto também possa também padecer desse problema. O escândalo do IBAMA no Rio de Janeiro, 4 ou 5 anos atrás, atesta isso. Mas ainda é aquele mecanismo de controle em que se pode confiar um pouco mais.

Então não é que os ambientalistas tenham um culto à concentração de poderes dentro do Governo Federal. Pelo contrário, eu pessoalmente gostaria que os Municípios no Brasil, que os Estados da Federação tivessem mais poderes, e o Governo Federal, menos poderes. Mas que, do ponto de vista da prática do dia a dia e das ações do dia a dia, se não fosse assim, não teríamos conseguido os avanços que conseguimos contra o desmatamento — se não houvesse sido o Ministério do Meio Ambiente na gestão da Senadora Marina Silva, depois na gestão do Ministro Carlos Minc e agora também com a Izabella Teixeira, com a capacidade de se mobilizar que teve, se não tivesse havido essa ação toda.

Agora, é bom que seja dessa maneira? Penso que não. Teria sido muito melhor se pudéssemos construir com o conjunto dos produtores rurais, tanto os do *agrobusiness*, que, a princípio não tenho nada contra, quanto os menores. Para mim o importante é a prática; só que a prática, às vezes, de fato, é muito negativa. Mas, enfim, as grandes propriedades de *agrobusiness* destinadas à exportação, juntas com a média e a pequena propriedade, destinadas a produzir alimentos para o



mercado interno. Aí então teria sido de fato possível uma discussão de Código Florestal completamente diferente daquela que acontecia.

Como eu acredito realmente no veto — não sei se ele vai ser total ou parcial —, penso que este tema vai voltar à discussão entre nós. Espero que a segunda fase de discussão seja mais da natureza, como eu tenho colocado, do que da forma como que se deu a partir da relatoria que precedeu a de V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

Eu não gostaria de transformar este debate aqui — há vários convidados — num debate sobre o Código Florestal nem fazer um balanço dele. Eu queria falar também sobre isso, e muito. Mas, por enquanto, poderíamos encerrar por aqui este capítulo, Piau, porque já debatemos muito, dizendo o seguinte: quem quiser ficar com o Moreira Mendes, fique; quem quiser ficar com a Camila Pitanga, fique. *(Risos.)* Eu acho que nós ganhamos essa batalha.

Vamos aos nossos convidados, até porque podemos fazer esse balanço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Vamos ouvir agora, na mesma ordem das intervenções originais, o Embaixador André Corrêa do Lago.

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO - Muitíssimo obrigado.

Vou fazer uns breves comentários, primeiro, sobre a sua intervenção, Deputado, sobre a questão do PIB.

Esses indicadores existentes, os quais V.Exa. chamou de mascote, na realidade já tiveram um impacto muito grande. O Índice de Desenvolvimento Humano, o Índice de Gini e outros são muito levados em consideração; mas, na verdade, eles são indicadores que mostram que ainda estamos na fase de incorporar a dimensão social. Os indicadores para a dimensão ambiental podem ser mais bem desenvolvidos. Eu acho que a Rio+20 vai trazer o apoio dos países a isso.

Por que isso é muito complicado? Porque ninguém quer que os novos indicadores derrubem a posição de um país. O PIB ainda é a grande referência.

Então, na hora em que os países emergentes estão tendo um PIB alto, começa a discussão de que PIB não é importante. Obviamente, isso é muito frustrante para muito dos nossos amigos no G-7, que se esforçaram há anos. Todo



mundo diz que tem de melhorar o PIB. Mas, na hora em que melhora o PIB, não vale. Agora mudou a regra.

Então, nós temos de assegurar que seja construtiva a criação desses novos indicadores, que seja uma coisa que facilite, e que realmente tenha um pouco desse estímulo que o senhor mencionou.

Deputado Ivan Valente, com relação a essa questão de o Brasil ser o *enfant terrible* da Rio+20, a verdade é que o Brasil é um país muito complexo: tem respostas extraordinárias em coisas completamente diferentes e tem um território completamente diferente. Há vários países que dizem que o Brasil representa o mundo inteiro, de certa forma, porque o Brasil tem tudo dentro do Brasil. Tem desde as desigualdades até avanços extraordinários. E o Brasil, no fundo, é a prova de que a resposta numa região não é a resposta certa em outra região. Eu acho essa uma das grandes lições que vamos ter na Rio+20.

Na Rio-92 havia a ilusão de que um modelo tinha de ser seguido. Hoje em dia é muito claro que tem de haver modelos adaptados às realidades não só de um país, mas até a uma região do país. Esse conceito se fortaleceu muito nos últimos anos, e o Brasil é a prova viva disso aí. Ou seja, não há uma resposta única para os desafios. O Brasil, de certa forma, mostra várias respostas, dependendo das circunstâncias.

A crise está acontecendo no mundo e, às vezes, dizemos que ela vai atrapalhar a Rio+20. Num certo de ponto de vista, sim, se acharmos que a Rio+20 tem que ser dinheiro dos ricos que vá para os pobres. Mas os ricos estão sem dinheiro, e, com esse modelo, realmente, vai ser meio difícil termos resultados muito espectaculares na Rio+20. Por outro lado — é trágico, mas é interessante —, não temos só uma crise econômica e financeira; nós temos a crise ambiental, e temos uma crise social. Nós temos crise nos três pilares do desenvolvimento sustentável, e, portanto, é o momento de se questionar o modelo atual. E esse questionamento do modelo atual é favorecido pela crise, porque quando não há crise as pessoas dizem: “não, estamos mais ou menos indo bem, vamos acertar um pouquinho aqui, acertar um pouquinho ali”.

A realidade é que nós precisamos de uma mudança muito grande, e essa é a grande contribuição da Rio+20, porque a Rio+20 veio para falarmos de longo prazo,



e ninguém está conversando sobre o longo prazo. Está todo o mundo falando da semana seguinte, da crise da Grécia, no máximo do ano seguinte, mas ninguém está falando do longo prazo. E essa é a grande contribuição da Rio+20: podermos falar de modelos novos, modelos diferentes. O Deputado Piau também mencionou isso. E eu acho que essa vai ser uma grande oportunidade.

Eu não vou falar do Código Florestal, porque o assunto foi encerrado, por sugestão sua, mas a realidade é a seguinte...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Longe de mim encerrar o problema do Código Florestal! (*Risos.*) Eu quero encerrar aqui, na nossa discussão.

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO - Exatamente. Então, eu não vou entrar nisso daí, para não despertar um tema, aliás, fascinante.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO - (*Risos.*) Então, é isso. Eu agradeço muito a oportunidade de nós virmos aqui e podermos discutir com os senhores e as senhoras esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Eu gostaria de passar a palavra ao Aloísio, pedindo-lhe que, se puder, comente um pouco a questão de tributos, a discussão sobre tributos, a necessidade de transformar, no caso de um país com uma taxa tributária tão elevada quanto a do Brasil, ou de substituir tributos existentes por alguma coisa que seja mais vinculada à intensidade de emissão de carbono. Sérgio Margulis levantou algumas dificuldades a respeito disso, como a de que a solução, eventualmente, passaria até por legislação. Gostaria de saber um pouco como é que o Ministério da Fazenda encara essa questão.

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO - *O.k.*, Deputado.

Primeiro, comentando esse ponto da questão dos tributos, a gente entende, sim, que há possibilidade de, como foi feito em alguns momentos, inclusive por questões conjunturais, para manter o nível de atividade econômica etc., fazer alterações, reduções de tributos para determinadas atividades, e também para cumprir objetivos, digamos, viabilizar atividades, setores que tragam ganhos ambientais, principalmente esses setores que estão introduzindo inovações, tecnologias que estão desenvolvendo-se, em fase de disseminação e tal. Então, é



possível, sim, acionar instrumentos de redução de carga tributária e tal, para alguns segmentos.

É lógico que esse é o tipo de medida que se toma caso a caso, pontualmente. Não dá para pensar, até pela complexidade legal dos setores envolvidos, numa reforma tributária verde, algo mais ambicioso. Eu não trabalharia com esse tipo de expectativa. Mas acionar instrumentos tributários é possível, sim.

Com relação especificamente à emissão de carbono, é o tipo de análise, como eu disse, que a gente está desenvolvendo. Digamos que são políticas que podem ser complementares, mas se aplicam de forma diferenciada. Há experiências internacionais de tributação em carbono para setores de atividades específicas. O que a gente considera, nessa análise que a gente está fazendo sobre a possibilidade de estabelecer um sistema doméstico de um mercado de carbono, é uma outra forma de fazer com que o setor privado absorva, de certa forma, o custo da redução das emissões de gases de efeito estufa, algo que a gente tem feito hoje com recurso público, e, na forma de incentivo direto aos setores, passaria a ser absorvido, então, pelos setores privados, internalizado nas atividades, com uma característica de dar flexibilidade para que as reduções de emissões sejam feitas onde é mais barato, onde o custo é menor.

Quando se imputa o tributo, a flexibilidade é zero; o Estado diz qual é o preço do carbono e diz que se tem de pagar esse preço pelo carbono que se emite. Ao estabelecer um instrumento de mercado confere-se certa flexibilidade, porque se estabelece um limite de emissão; se para um setor for muito caro reduzir a emissão de carbono e para outro setor essa redução é mais barata, vai-se para lá e compra-se crédito desse setor, ou compra-se a licença desse setor que pode reduzir mais a um custo menor. Então, esse é, um pouco, um tipo de análise de qual instrumento é o mais adequado. Mas, como eu disse, esse princípio de introduzir, de apreçar uma externalidade como a emissão de carbono é algo que está sendo considerado, e eu acho que é uma inovação importante no âmbito do Ministério da Fazenda.

Sobre a Rio+20 há algumas questões que foram levantadas aqui. Eu acho que vale a pena informar, por exemplo, que há um circuito de debates, no âmbito da Rio+20, que ocorre lá, na conferência, e que ocorre também em eventos paralelos, por exemplo, sobre inovações no campo no setor financeiro, relativas a



financiamento sustentável. O Protocolo Verde, aqui citado, é uma iniciativa importante no Brasil, e a gente até colocou-o no documento nacional, como uma referência, no sentido do comprometimento das instituições financeiras — inicialmente foram os bancos públicos federais, depois os bancos privados, por intermédio da FEBRABAN — com um conjunto de princípios. A adesão é de ordem voluntária, e tem sido monitorada.

Uma boa notícia é a de que o Banco Central entrou ativamente no monitoramento disso, e vai promover no dia 13, salvo engano, nos eventos prévios, ali, um debate sobre essa experiência em torno de financiamentos sustentáveis, com esse eixo do Protocolo Verde e também com o eixo da inclusão financeira, que é algo em que o Brasil avançou bastante e é também uma importante referência internacional, no sentido do microcrédito, do crédito para população de baixa renda, do acesso a serviços financeiros, que avançou muito, e dos desafios novos colocados: de novos serviços financeiros, como seguros; de criar cultura de poupança e tal. Então, há toda uma agenda em torno do financiamento como parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que vai ser discutida lá, e da qual a gente participa.

Outra iniciativa importante: como foi citado aqui, houve o café da manhã no encontro de primavera lá do FMI, com os ministros das finanças sentados à mesa para discutir o assunto. Até pude acompanhar o depoimento do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon. Foi muito interessante, porque ele disse que era um momento para ele muito significativo a oportunidade de estarem os ministros de finanças sentados para discutir esse tema, e manifestando-se de forma bastante ativa, pró-ativa. Sabemos que o contexto não é nem um pouco favorável; há um monte de ministros de finanças com uma agenda, digamos assim, para lá de emergencial batendo à porta deles, com as questões de crise e tal, mas há um esforço de envolvê-los ativamente.

O Ministério da Fazenda está promovendo um encontro dos ministros de finanças do G-20 também durante a Rio+20, no dia 21, não é, Marco Aurélio? O horário ainda está em definição, mas o intuito é trazer esse circuito — que, eu diria, como o Embaixador bem comentou, é um circuito novo, um público novo — para este debate da sustentabilidade.



No mais, eu comentaria que o Brasil, ao convocar a Rio+20 como anfitrião, assim faz tendo muito a mostrar. E tem, de fato, não é? No campo da política social o Brasil é referência, com os programas de transferência de renda etc., com a própria política de elevação do salário mínimo, com essa experiência brasileira de promoção de um processo de desenvolvimento e crescimento com inclusão, e com alguma redução da desigualdade, mais uma vez reconhecendo que qualquer avanço nesse campo ainda é pequeno, muito havemos de avançar, mas o Brasil tem muito a mostrar.

É óbvio que, estando aqui, seremos também alvo, estaremos de certa forma expostos, e temos de lidar com o que nos fragiliza e nos expõe. Possivelmente o Código Florestal vai levantar esse tipo de questionamento, porque certamente é mais do que consolidado hoje o papel que as florestas desempenham para a regulação do clima, além da biodiversidade, da garantia de regularidade de recursos hídricos etc. Então, na verdade, como eu disse, a nossa expectativa, falando pelo Ministério da Fazenda, é de que a Rio+20 seja de fato um espaço para o desenvolvimento de agendas muito pragmáticas, muito objetivas, de uma nova plataforma de intervenção, uma plataforma internacional de mobilização dos países, em que bons exemplos, casos exitosos — e o Brasil tem alguns para colocar à mesa — podem servir de referência para uma agenda mais ampla.

Nesses vários temas colocados aqui, como a revisão do PIB, ou a busca de novos indicadores, como eu disse, a gente está bastante engajado nisso, entendendo que essa é uma agenda muito positiva. Eu não citei aqui a tal agenda dos objetivos do desenvolvimento sustentável, que a gente tem discutido no âmbito do Governo, inclusive no Ministério da Fazenda, no sentido de eleger um conjunto de objetivos, metas que incorporem também a dimensão econômica e a ambiental articuladas à dimensão social, como compromisso. É uma agenda que a gente entende como bastante possível, bastante positiva. E é, como eu disse, uma oportunidade também para o estabelecimento e a alavancagem de uma agenda doméstica de inovações no nosso campo, de uma aproximação do que existe de instrumento econômico para o conjunto dos instrumentos ambientais.

Dá muita vontade de comentar todas as questões sobre o Código Florestal, que nos afetam diretamente. Nosso Ministério manifestou-se também com relação à



questão dos vetos, mas eu acho que esse é assunto para vários outros debates.

Agradeço desde já a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Bem, o Embaixador André Corrêa do Lago vai ter de se ausentar daqui a pouco. Dou a palavra aqui a Sérgio.

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Eu adorei as intervenções dos Srs. Deputados, mas há uma passagem... Eu gostaria muito que o Deputado Piau estivesse aqui de volta, porque ele disse uma coisa que me deixou bem impressionado. Eu não estou fazendo campanha para ser Deputado, mas eu acho que é bem significativo e a gente deve ter em mente o que ele disse, que foi mais ou menos isto: “Quando a gente estava no meio da discussão, a falta de entendimento é que levava a isso, levava àquilo; a falta de clareza, então, levava as pessoas aqui dentro a não ter uma compreensão; imaginem o que é que o cidadão lá embaixo estava entendendo”.

Foi aí que me caiu a ficha. Não é que me caiu a ficha; eu sempre tive muita clareza disto: para mim, o cidadão está sempre lá em cima. Honestamente, é uma questão de linguagem, mas eu acho que isso é fundamental aqui. A gente está tratando, nessa questão de desenvolvimento sustentável, é do cidadão. Ele é o nosso patrão. Ele está lá em cima, e a gente aqui tem de fazer um esforço. É impossível — esta é uma cobrança que eu estou fazendo aqui à Casa —, como é que pode passar uma discussão a ser político-partidária? Ela é na essência, porque o nosso patrão está, lá pagando o nosso salário, nós somos funcionários públicos, e a gente tem de dar satisfação para ele lá em cima.

Bom, feito esse comentário, vamos ao PIB. O PIB, Sr. Embaixador, quando o Brasil começar a fazer a contabilidade ambiental, o PIB brasileiro tem de aumentar. Ele não vai cair. A gente não vai ficar mal na fotografia, a gente vai ficar bem. Isso é que é desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento sustentável é o Brasil crescer mais e ficar mais limpo. É isso. Desculpe; na minha pequena existência, desde o primeiro dia em que eu comecei a trabalhar com economia ambiental, é isto: apostar em que quanto mais limpo maior o crescimento, mais eficiente. Então, fazer o PIB verde é fazer o Brasil sair melhor ainda na fotografia e a gente orgulhar-se disso.

Um segundo ponto: eu concordo, Alfredo; eu acho que... eu não sei como é que eu me defino, se neoliberal ou não, mas eu trabalhei numa instituição neoliberal; também não sei bem o que é isso, mas, enfim, o Estado tem de...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Olhe, eu sei o que é, ouviu? (*Risos.*) Eu sei o que é. Se precisar eu lhe digo.

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Ah, então que o senhor me diga. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Consenso de Washington, essas coisas que o Ministério da Fazenda conhecem bem.

O SR. SÉRGIO MARGULIS - (*Risos.*) O senhor acha que eu... O senhor acha, não; o senhor está dizendo que eu sou um agente do mal, porque eu trabalhei 22 anos... (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - (*Risos.*) Eu estou dizendo que se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Não acho que o Banco Mundial seja...

O SR. SÉRGIO MARGULIS - (*Risos.*) Ah, o Banco Mundial não é neoliberal? Então, está ótimo! Então, eu estou bem na fotografia com o senhor. Mas, de qualquer forma, tem de haver de fato o empurrãozinho do Governo. Eu já tinha dito que isso é fundamental. Só que eu acho o seguinte: é de interesse do setor privado — o Deputado Piau tinha de estar aí, porque eu estou dialogando com ele —, é de interesse do setor privado essa iniciativa de correr atrás de energia limpa. Se eu tivesse esse dinheiro... (*Risos.*) Água, nem é preciso dizer; o que estou dizendo agora é que essas fontes limpas, puxa, são um maná para investimento!

Estamos de acordo. Eu falei da questão da distribuição de renda, e concordo completamente: eu não sei se ela foi feita na essência, mas a gente tem de olhar os indicadores. Quer dizer, a pobreza, medida seja lá como for, está caindo, está numa tendência decrescente, o que é bom. Mas eu não sei se a distribuição foi estruturante ou não. Isso eu também não sei.

Deputado Dr. Aluizio, adorei a sua pergunta. Logo que perguntou qual é o retrato que o Brasil mostra, veio-me à mente a música de Cazuza: "*Brasil, mostra a sua cara, quero ver quem paga...*" Esse "quero ver quem paga" é que é a questão. Quem vai pagar?

Bom, o retrato do Brasil — e disso eu posso falar, já que estive 20 anos fora — é espetacular. Eu fiz a opção de sair do Banco Mundial; eu trabalhei 22 anos lá, e por opção eu disse: não, vou sair mais cedo, quero voltar, quero pegar meus últimos anos aqui, quando ainda tenho energia para colocar aqui e trabalhar direto. É claro,



houve um pedido da Ministra, e com muita honra eu vim. É outro Brasil! Gente, o Brasil, 20 anos depois, dá um orgulho que nem imaginam. É, sim, eu tenho de dar este depoimento, do Brasil é para se ter orgulho, sim. Antigamente acho que a gente só falava de futebol, não é? Era do que a gente tinha orgulho. Agora, do futebol nem sei se é para se ter tanto orgulho (*risos*), mas o fato é que o Brasil é um *show* de bola. Podemos até dizer: “Não, essa camisa é feia”; “Não, essa não, não”; o nosso time, por exemplo, está feio na fotografia, o Flamengo; mas, *o.k.*, o Brasil é, sim, inacreditável! Eu vivi aqui, eu sei como era, sei da dificuldade; eu trabalhei com a África, trabalhei com os países do Oriente Médio, trabalhei com outros países. É, sim, é incrível! O Brasil fez muita coisa.

E há essa outra questão aí sobre a democracia, de que se estava falando no começo, não é? Quer dizer, a democracia atrapalha; a gente olha o modelo chinês, o pessoal lá vai tocando aquele rodo, porque não têm de perguntar nada a ninguém...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Espere. É claro, e essa é a graça do Brasil, não é? É o máximo! (*Risos.*) Ninguém explica, mas tudo está funcionando. Não sei como, mas vai indo, não é? (*Risos.*)

Então, agora eu queria dizer uma última coisa, e, desculpem-me, também tocando nessa questão, mas eu vou tocar, porque não é só a questão do Código Florestal. Aí a pergunta seria para o Deputado Piau, e depois eu vou ver como é que isso funciona, mas é o seguinte: quando a gente olha, tirando o foco do Código Florestal, para um Brasil que exporta álcool, que era produzido por... Não é mais, mas ainda há... Bem, não sei se há ainda, mas até pouco tempo atrás havia trabalho infantil envolvido, trabalho escravo; quando a gente olha para um Brasil que produz aço, fazendo uma lambança ambiental sem tamanho; quando a gente vê cada cidadão num carro indo para o trabalho, emitindo cada vez carbono, em *pickups* cada vez maiores; quando a gente vê uma produção de frango em que o diabo do frango toma tanto hormônio que não consegue ficar em pé, tudo isso, um produtor rural, esses do Código, sim, o fazendeiro, o pecuarista da Amazônia, o agente do desmatamento, ele tem horror disso. Ele vai dizer: “Que horror!” Não dá orgulho nem a eles, a ninguém dá orgulho ver um Brasil com essa cara.



Então, a pergunta é, sim, voltando a eles: escutem, não vai demorar muito para que qualquer cidadão do mundo, inclusive do Brasil, mas imediatamente, talvez, os cidadãos europeus — a gente diz isso meio emblematicamente — já, já, vão dizer: “Não vou comer arroz produzido numa fazenda na Amazônia que não está cumprindo a lei”. E isso vai acontecer! É óbvio que vai. Eu não estou nem falando aqui da regulação, se é neoliberal ou não, ou de deixar o mercado tomar conta. Será que eles não estão vendo isso? Não estão vendo que o mundo caminha rapidamente para isso? Este é o mundo do desenvolvimento sustentável, é um mundo verde, em que as pessoas de jeito nenhum vão consumir o que foi produzido na base de trabalho escravo, na base de trabalho infantil, com desmatamento, com isso, com aquilo, que não vem com os selos, porque há essa combinação do consumo e da produção, que tem de ser limpa e tal. Esse é o Brasil que a gente, que eu, desculpem-me, eu sou um assessor, eu não sou ninguém, eu sou só um assessorzinho da Ministra, mas esse é o Brasil que a gente quer propor, essa é que é a nossa motivação.

Então, esse negócio do Código Florestal, de ficar brigando para se colocar lá uma regra que não seja pró-ambiente, quer dizer, não haver reservas, não haver preservação, é de uma falta de lógica privada que não dá para entender. Então, isto é uma cobrança, sim, desculpem-me, à Casa, para reflexão: se é de interesse de todo o mundo, como é que se pode ser contra isso? Isso vai acontecer via mercado, se não for na base da regulação, porque a regulação é em curto prazo, mas o mercado está indo para isso. Eles têm de abrir o olho! A minha preocupação é com eles, sim. Eu quero protegê-los. Escutem, eles produzem alimento. A comida aqui no Brasil é muito barata, e eles caras estão fazendo direito o dever deles. Eles produzem bem, e tal; então, queremos que eles continuem a produzir. Só que não precisam produzir nesse limite da irresponsabilidade ambiental. E não vai afetar, inclusive, a economia deles. É isso que eu não entendo. Incomoda-me, e eu queria argumentar. Infelizmente o Deputado não está, mas...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É que ele acha que vai incomodar. São pontos de vista imediatistas, mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Sérgio, é exatamente isso. Quer dizer, o problema todo é o imediatismo. São coisas, sim, muito particulares, até



o fato de termos aí 14 Parlamentares que na verdade estão legislando em causa própria quando fazem com que caiam por terra multas e autuações havidas neste período todo, pelo menos 14 que têm, alguns, até multas acima de R\$ 1 milhão. Então, não deveriam estar, mas estão com a possibilidade inclusive de legislar em causa própria.

Eu queria dar a palavra agora para as pessoas da audiência. Daniela estava inscrita.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deputado Sirkis, antes, só uma questão: a projeção feita por Sérgio está disponível também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Está.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Depois, então, vou consultar. Eu peço desculpas, eu vou ter de viajar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Tem a palavra Daniela.

A SRA. DANIELA - Eu tenho algumas perguntas e algumas considerações. Primeiro, aproveitando que o Deputado está saindo, quero falar sobre o Código Florestal. Eu acho que é importante relacionar toda essa discussão sobre o Código Florestal com uma proposta que surgiu de uma organização que está acompanhando o processo da Rio+20; é um sistema de ouvidoria, que eles chamam de *ombudsperson*, para gerações futuras. Consiste em avaliar o impacto que teriam para as gerações futuras os grandes projetos, as grandes políticas públicas, nacionais e internacionais. Então, a ideia seria fazer também um filtro do impacto que o Código Florestal teria para gerações futuras, e não só num prazo mais imediato. Essa seria uma discussão interessante a ser feita aqui nesta Casa.

Em relação à Rio+20, quero expressar uma preocupação com o país anfitrião. É uma pena, o Embaixador já foi embora, mas existe o Monumento da Paz, que foi inaugurado no Rio de Janeiro durante a Eco 92 e que simboliza a unidade dos povos. Diversos países trouxeram um punhado de areia da sua região, e foi construído esse monumento por um artista brasileiro. Quero fazer só um alerta: esse monumento está totalmente detonado, bastante baqueado, e, obviamente, como nós somos o país anfitrião, acho que é interessante dar-lhe alguma atenção, com uma reforma mínima, pelo menos para que as pessoas que estiveram aqui há 20 anos



possam visitar o monumento agora. É um monumento muito simbólico daquela Conferência, e para esta Conferência ele está precisando de algum cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Daniela, mande-me uma foto do monumento, por favor, para eu cobrar do...

A SRA. DANIELA - De antes e de depois? De antes, quando era bonito, e de depois, como está agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Sim.

A SRA. DANIELA - Está bem, pode deixar.

O segundo ponto relaciona-se com toda essa discussão da erradicação da pobreza. Nós estamos falando de economia verde no contexto da erradicação da pobreza. Uma coisa que eu tenho notado nas discussões é uma analogia, como se fossem sinônimos, da questão da erradicação da pobreza com a da redução das desigualdades sociais e econômicas. Elas não são sinônimas, e nas discussões vem sendo dito que ao se erradicar a pobreza, ou a pobreza extrema, reduz-se a desigualdade social e econômica. Não é bem por aí. Então, eu acho que é um pontuação que eu não tenho visto o Governo brasileiro fazer de forma muito clara, e também outros países. Eu não estou acusando o Governo brasileiro, mas, nas discussões em geral, isso não tem sido muito bem diferenciado, e quando isso não é bem diferenciado também se deixa de analisar o que é a pobreza, no sentido mais amplo.

A discussão aqui hoje foi muito voltada para o que é a pobreza econômica, a pobreza material, financeira, que obviamente é um elemento da pobreza, mas se nós não incorporarmos nesta discussão as outras dimensões da pobreza, a pobreza cultural, por exemplo, ou a riqueza, o que pode ser a riqueza cultural — pode-se discutir o tema pelos dois ângulos —, deixaremos de trabalhar soluções mais sistêmicas para uma pobreza que, obviamente, não é só econômica. O indivíduo que é pobre pode ser pobre economicamente, financeiramente, mas também é desprovido de uma série de outras riquezas, de outros valores de que precisa para se desenvolver plenamente como ser humano, e essa discussão eu também vejo bastante ausente numa conferência em que se tenta uma abordagem mais holística, mais sistêmica, para esses problemas que a humanidade enfrenta neste momento.



Então, não percebi essa discussão, que deveria ser muito forte, não digo aqui nesta Mesa, mas nas discussões em geral sobre a Rio+20.

E quando se faz essa discussão da pobreza sob uma abordagem econômica — e obviamente a questão econômica é um pilar fundamental, e isso foi comentado por todos aqui na Mesa; ou seja, é um elemento que precisa ser discutido — é importante que a economia verde traga uma tentativa de fortalecer esse pilar como uma contribuição para o desenvolvimento sustentável; até aí, *o.k.*; mas quando nós falamos em erradicar pobreza inserindo um contingente cada vez maior de indivíduos como consumidores, inserindo-os num mercado consumidor, e foi essa a palavra mais utilizada aqui, eu não ouvi em momento algum uma discussão sobre como utilizar ferramentas em sistemas econômicos, ou modelos econômicos, que ajudem a efetivar direitos humanos. Então, eu senti a ausência, nesta discussão aqui, hoje, de uma preocupação de como podemos usar esse modelo econômico, essas propostas de uma economia verde, para realmente efetivar direitos humanos. Falamos de mercado consumidor, de consumidores, mas em momento algum eu ouvi falarem de valorização, efetivação, elevação do *status* de um cidadão, do conceito, da compreensão e da consciência de cidadania. Então, deixo só o alerta, para que nesta discussão não se priorizem o pilar econômico e o papel que o indivíduo vai ter como consumidor em detrimento do seu papel como cidadão.

E aqui eu trago uma outra discussão. Quando nós falamos em atribuir valores econômicos a recursos naturais e serviços ecossistêmicos, isso pode ser *o.k.* como mecanismo de transição, mas na discussão aqui eu senti falta do elemento, do conceito de corresponsabilidade, de responsabilidade compartilhada, seja entre nações, seja entre regiões, blocos regionais do mundo, seja entre Estados de um país — e aqui entramos um pouco na discussão do pré-sal. Então, atribuir um valor mercadológico, um valor econômico a esses recursos, isso seria *o.k.* por um período, até ocorrer a adaptação a um modelo que seja mais adequado para a sociedade poder desenvolver-se de forma sustentável e plena, mas fica de fora, parece, uma leitura, uma análise mais crítica da capacidade potencial de os países conversarem entre si, buscarem soluções que beneficiem a todos. Ficamos num *approach*, numa abordagem muito econômica mesmo, com uma total falta de reflexão sobre a capacidade de colaboração, de se reconhecerem recursos como



bens, patrimônios comuns da humanidade. Então, senti a ausência disso na discussão.

Eu tenho vários outros pontos, mas sei que o tempo está esgotado; então, depois conversei mais com quem quiser sobre esses assuntos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Está inscrita Renata, mas a Deputada Rosane Ferreira pediu a palavra, e ela tem prioridade.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Obrigada, Renata. Serei bem breve.

Primeiro, quero justificar-me; eu estive aqui no início dos trabalhos, ouvi atentamente o Sr. Aloísio e consegui ouvir quase inteiramente o Sr. Sérgio, e depois tive de me ausentar. Sou membro da CPMI que trata da violência hoje acometida contra as mulheres e tive de ir ao Senado. Estou voltando agora, mas terei acesso às notas taquigráficas desta audiência, e vou ficar atenta.

Eu só queria ressaltar duas questões, para mim fundamentais. Uma é essa questão da mercantilização, essa coisa do comércio. Na saúde — nós discutíamos isto na Seguridade Social — médicos são hoje prestadores, pacientes são usuários e as medidas e as ações, por exemplo, num plano de saúde, vêm como um pacote. Então, há mercantilização mesmo, e hoje levanta-se muito essa questão da mercantilização, de mercado, de economia verde e tudo mais, tudo sempre com um viés econômico, e quando nós tentamos puxar as coisas para outro lado sempre há uma resposta comercial, econômica, no ato.

Esses dias eu questionava uma pessoa sobre o preço de uma determinada bolsa de determinada grife. Eu dizia que ali não havia matéria-prima que justificasse aquele valor, ali não havia tecnologia que justificasse aquele valor, e a pessoa equacionava o preço daquele produto, daquele catálogo, em cima da felicidade da pessoa que o usaria. Aí não valia mais PIB, valia “FIB”, valia a felicidade de poder usar a tal bolsa (*risos*). Então, sempre há um viés em que a questão econômica se sobrepõe, em que o capital se sobrepõe. É uma coisa impressionante! Mas nós não podemos fugir disso, não podemos fugir desse momento. E, sobre essas observações que a oradora que me antecedeu fez, é verdade, é preciso olhar tudo com o viés do ser humano, da humanidade.



Aqui dentro desta Casa a discussão do Código Florestal foi cruel, foi muito difícil, porque todos os argumentos que se usavam eram muito frágeis, mas eles tinham o conjunto, tinham a força de estarem representando e de estarem advogando em causa própria, o que os energizava ainda mais. Era uma coisa vital!

E, para finalizar, nós temos de fazer com que as pessoas se apropriem da ideia de que nós somos um planeta inteiro, de que a biodiversidade é importante, de que nós fazemos parte do meio e cada ser vivo, da flora, da fauna, tem uma missão, tem um porquê de estar aqui. E do ponto de vista da economia nós deveríamos agora, Deputado Sirkis, propor uma discussão que tem de ser feita também, com relação à parte econômica: a de como nós vamos fomentar a indústria da reutilização, da reciclagem. Eu acho que isso tinha de estar sendo debatido.

Eu quero finalizar mesmo dizendo isto: hoje nós vemos uma série de situações que agredem a natureza, e os resíduos sólidos estão nesse viés muito sério, e nós não vemos, por exemplo, um problema com as latinhas de alumínio, mas nós vemos problema com o vidro, com o plástico, com todo o resto, e nós temos de fazer — e eu estou propondo — uma audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Urbano, junto com a Comissão de Meio Ambiente, e é preciso que a Fazenda esteja lá, que o BNDES esteja lá, para que nós possamos discutir um pouquinho a valorização da reutilização, linhas de crédito para fomentar a indústria da reciclagem, porque nós estamos precisando facilitar que isso aconteça em nosso País. Essa também é uma resposta que nós temos de dar, dentro da questão da economia verde. Tem de valer a pena reutilizar, tem de valer a pena recolocar matéria-prima no mercado, e fazer valer a pena significa fomentar mesmo a indústria da reciclagem. Nós não temos problemas com a lata de alumínio porque o alumínio tem valor agregado; nós temos problema com todo o resto que não vale a pena recolher do meio ambiente nem reutilizar, mas essa é uma discussão para a próxima vez.

Finalizo parabenizando-os pelo evento e agradecendo aos senhores a presença aqui. Esta Casa tem de viver muitos outros momentos como este que estamos vivendo aqui agora. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Obrigado, Deputada Rosane.



Só uma pequena observação, a respeito da atribuição de valor econômico para serviços prestados por ecossistemas; isso, na verdade, ao contrário das aparências, é exatamente o oposto da mercantilização da natureza. O que acontece é que hoje existe uma série de recursos ambientais que são totalmente de graça. O cidadão pode apropriar-se deles, utilizá-los, destruí-los, dilapidá-los, porque não existe, não lhes é atribuído valor econômico algum, não é atribuído. Então, por exemplo, pode-se atribuir um valor econômico a um determinado terreno, ainda que completamente florestado, mas ele é avaliado como terreno, como extensão de terra; não existe uma avaliação, por exemplo, do serviço de fotossíntese que aquilo faz; não existe, em relação à mata ciliar, uma atribuição de valor econômico à proteção de águas que ela oferece, e assim por diante.

Então, na verdade, muitas vezes eu tenho visto neste processo sobretudo aquelas forças a que me referi no início da intervenção, que estão ali, presas ao século XIX, mais ou menos, contestando que isso representa a mercantilização da natureza, quando é exatamente o contrário: isso representa a inversão da tendência que a economia moderna tem de absolutamente considerar que esses recursos são de graça, para serem apropriados e jogados dentro de uma máquina de fazer lucro a troco de nada.

Tem a palavra Renata.

A SRA. RENATA - Bom dia a todos. Eu sou Renata, do Greenpeace. Eu queria especialmente fazer uma pergunta para Aloísio, mas antes vou fazer uma consideração. Eu tenho acompanhado este processo da Rio+20 desde do final do ano passado, e nós sempre ouvimos que a participação do Ministério da Fazenda tem sido importante, até fundamental. Eu acho que realmente, para haver uma mudança em cenário nacional, esse envolvimento do Ministério da Fazenda é sem dúvida primordial.

Já que estamos falando do tema da economia verde, foi dito aqui por uma das partes que se espera que a conferência não seja para discutir o conceito, mas para discutir uma agenda pragmática relacionada à questão de economia verde. Então, eu pergunto: o que seria essa agenda pragmática? O que seria, digamos assim, o ponto a ponto, para clarear um pouco mais esse tema, no que se refere ao Governo brasileiro? Porque eu acho que não está claro o que é economia verde. Que não



seja para conceituar, mas para mostrar o que realmente vem a ser economia verde, do ponto de vista do Governo brasileiro.

E até, colocando esse assunto em voga, nós temos, junto com a conferência oficial, a questão da Cúpula dos Povos, que recentemente soltou uma nota negando, digamos assim, a economia verde. Então, como o Governo brasileiro recebeu essa questão de a Cúpula dos Povos negar a economia verde? Fica, enfim, esse antagonismo, e é nesse sentido a minha indagação. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Só quero fazer uma rápida observação em relação a isso. Eu acho que Renata tocou num tema que de fato é significativo. “Cúpula dos Povos” é um nome muito pomposo, não é? Muito pretensioso. Parece até que 6 bilhões de pessoas no planeta são representadas nessa cúpula, quando na verdade só uma certa quantidade de ONGs que estão aí, algumas com trabalho meritório, outras menos, mas... Eu li meio na diagonal esse documento, ouvi algumas referências a ele, e a impressão que me deu é de que aquelas pessoas, que não entendem qual é a discussão do século XXI, refugiam-se numa discussão que lhes é mais fácil, porque são aquelas famosas polarizações ideológicas do século XX; acham que economia verde é a nova face do neoliberalismo, e ao mesmo tempo eu ouvi lá o raciocínio de que a economia verde não vai à essência da contestação do capitalismo.

Ora, pelo amor de Deus! Infelizmente, ou felizmente, eu não sei como definir, mas a realidade é que o mundo é uma economia de mercado. Todos os países, com uma única exceção, são países de economia de mercado. A China é uma economia de mercado, Cuba está transformando-se numa economia de mercado. Tecnicamente, o único país socialista que resta no mundo é a Coreia do Norte. Então, é uma discussão completamente sem pé nem cabeça.

Poderiam dizer, na discussão de economia verde, que não vale realmente disfarçar barreiras protecionistas e interesses comerciais em economia verde. Está bem, acho que é um ponto plausível, que a economia verde, como foi aqui dito, não pode apenas concentrar-se na questão tecnológica, porque isso vai favorecer, basicamente, os países que são detentores dessa capacidade de inovação, cada vez menos, aliás. Mas eu acho essa observação dessa pomposamente chamada



Cúpula dos Povos uma coisa meio fora de esquadro. Acho que está fugindo daquilo que deveria ser a discussão real.

Tem a palavra Aloísio.

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO - Bem, comentando essa questão, e talvez um pouco as questões anteriores também, eu citei aqui alguns dos pontos que ao nosso ver, sob o olhar do Ministério da Fazenda, do Governo brasileiro, devem compor essa agenda. É óbvio que, nesse processo negocial que o Embaixador descreveu aqui, processo típico de negociação da ONU com cada país, com quase 200 países na mesa, países com direito de objeção e veto ao avanço e tal, não é muito claro qual o tipo de compromisso, qual é a agenda efetiva que vai sair após a Rio+20. A expectativa que nós temos, e acho que parte do Governo tem, é de que saiam dali plataformas que permitam que novos acordos e compromissos sejam desenvolvidos, detalhados no futuro e implementados em certo prazo, após 2015 etc.

Numa agenda como essa, por exemplo, poderia estar esse tipo de iniciativa de revisão de indicadores, de olhar para uma nova metodologia de apuração de produtos, de PIB, que incorpore ou que tenha uma conta anexa que reflita o balanço dos ativos ambientais do país e o fluxo dos recursos naturais que ingressaram no sistema econômico e dos — vamos dizer assim — fluxos contrários de resíduos que impactaram os recursos naturais. Ou seja, é uma agenda em torno da definição de uma metodologia internacional, acordada pelos países, e o comprometimento dos países de implementar essa metodologia em “x” anos. Então, esse é um tipo de compromisso que pode sair dali.

Os objetivos de desenvolvimento sustentável entendemos que podem ser também uma agenda interessante, que vai estabelecer a semelhança, mas esperamos que de forma aprimorada em relação ao que foram os objetivos de desenvolvimento de milênio, focados numa agenda social, talvez com uma imprecisão quanto aos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Só um adendo, porque exatamente nesse ponto há algo que me deixou muito preocupado. Eu tive uma conversa colateral aqui com o Embaixador André Corrêa do Lago, que me disse que



não haveria indicadores numéricos associados a esses objetivos, e eu já começo a ficar um pouco mais desanimado, porque ter objetivo sem indicadores é complicado.

O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA DE MELO - Mas eu acho que ele falou do ponto de vista do processo negocial. É muito pouco provável que se chegue ao fim da Rio+20 com indicadores e com as metas quantitativas desses indicadores definidas ali. O que sai dali é uma plataforma em que os países talvez tenham definido quais são os temas em torno dos quais vão ser acordados os indicadores, se eles vão ser globais, se eles poderão ser traduzidos em metas nacionais ou não, quais são os prazos etc., quer dizer, toda uma agenda de especificação pós Rio+20, mas a expectativa é de que a Rio+20 talvez abra essa plataforma, firme o compromisso dos países de desenvolverem um novo sistema de apuração de indicadores, de metas indicadoras, e de que isso seja desenvolvido e implementado. Os processos são dessa forma.

Há uma agenda, por exemplo, que até se baseou numa proposta brasileira de uma plataforma de cooperação tecnológica. Eu acho que hoje um tema relevante, que vem por conta não só do clima, da agenda do clima, mas do próprio desenvolvimento, é o do acesso às novas tecnologias, dos mecanismos efetivos pelos quais os países em desenvolvimento e os agentes econômicos desses países tenham acesso às novas tecnologias e tal. Então, há necessidade de desenvolver uma plataforma específica para criar um instrumento tecnológico que seja efetivo e acessível e que evite ou reduza um pouco o viés de concentração de domínio tecnológico em alguns países.

Há também uma série de outros compromissos em torno, por exemplo, de iniciativas como compras nacionais sustentáveis, que devem comprometer os países, com o poder que o Estado tem, ao fazer as suas compras e tal, de introduzir novos padrões sustentáveis, de indução a isso pelas suas próprias aquisições. Enfim, esses são alguns exemplos do que deveria compor uma agenda mais pragmática de objetivos.

O risco que nós vemos é o de gastar-se uma conferência com este tipo de debate de se economia verde é uma nova etapa do capitalismo etc., quer dizer, algo que fique numa “ideologização” do debate e que talvez não acrescente do ponto de vista conceitual, fique muito mais na disputa e efetivamente não estabeleça uma



plataforma que nos permita uma nova etapa de trabalho, de cooperação internacional, numa agenda renovada que seja compatível com os desafios que nós temos hoje, neste novo século.

E comentando alguns outros pontos, primeiro, sobre a questão da desigualdade e da redução da pobreza, ou da pobreza extrema, na verdade eu citei isso como dois elementos distintos. Quer dizer, o Brasil reconhecidamente avançou muito na redução da pobreza; há um programa, o Brasil Sem Miséria, que tem uma meta que, eu diria, é bastante ambiciosa, a da eliminação da pobreza extrema no Brasil; muitas vezes ela é mais claramente identificada com a dimensão renda, mas desde o desenho, por exemplo, do Bolsa Família, como agora, no Brasil Sem Miséria, considera-se como parte dessas estratégias a ampliação de acesso aos serviços básicos, a ampliação direta de acesso aos direitos sociais básicos. Isso está lá, de certa forma. Quando se olha o Bolsa Família, vê-se que há uma dimensão de acesso à educação e de acesso à saúde associada, tendo sido inclusive reconhecida como uma inovação importante nesse tipo de instrumento de transferência. Está também no Brasil Sem Miséria, em que, junto com o pacote, o elemento de transferência de renda tem a incorporação dessas famílias às redes de proteção social, ao identificar que existe um público que até hoje não conseguiu ser minimamente reconhecido por essas redes, por esses serviços. Então, estão associados, na forma como o Brasil formula, ainda que o principal indicador apareça como sendo o de renda.

Agora, de fato, isso não é equivalente à redução de desigualdade, que é outra agenda, muito mais complexa, muito mais estrutural, como foi dito aqui, e como foi mostrado também. É até interessante, abrindo parênteses, que neste debate o assessor do Ministério do Meio Ambiente trouxe mais dados econômicos do que o assessor do Ministério da Fazenda. *(Risos.)* Estamos em um novo momento, de fato. Mas isso mostrou que de fato é algo muito mais estrutural, muito mais complexo. Houve uma movimentação; quer dizer, reduziu-se um pouquinho o Índice de Gini no Brasil, de 0.57 para talvez 0.53, ou 0.54, reduziu-se um pouco a desigualdade, mas isso é algo muito mais complexo, muito mais difícil, e, como eu disse, é também um desafio, e não só para o Brasil; mesmo nos países ricos e desenvolvidos, há uma agenda hoje, uma pressão em torno do aumento da desigualdade nesses países



também, e do conjunto de distorções que isso provoca, do ponto de vista das relações sociais, das tensões políticas que isso cria. Então, é uma agenda comum, e realmente é distinta, não é a mesma do desenvolvimento.

E com relação ao que a Deputada comentou, de fato fazemos parte dos comitês da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, e especificamente da política de Logística Reversa, e estamos abertos para discutir efetivamente medidas que possam auxiliar nesses setores, em especial na estruturação da atividade econômica da reciclagem, que também tem de ser tratada como atividade econômica, na medida em que se viabilizar, na medida em que se incorporar de fato ao ciclo econômico das atividades, não sendo um apêndice chato que alguém tem de carregar e que só gera custo etc. E para isso, criar um ambiente no sentido de uma menor carga tributária ou outro tipo de benefício que possa viabilizar essas atividades é perfeitamente factível. Lógico que cada um deles tem de ser desenhado especificamente.

A precificação é o que tenciona os debates biológicos em torno da economia verde, ou seja, o medo de que tudo vire preço. Mas acho que o caso da água, que também já começa a ser observado no Brasil pelo Programa Produtor de Águas, exemplifica isso muito claramente. À medida que se estima quanto custa não ter água limpa, como o serviço de água vai ter que gastar com a limpeza dessa água, isso é custo efetivo que tem que ser transferido aos consumidores. Quanto aos mananciais, à medida que se fornece água mais limpa, com menor índice de poluentes, que reduz o custo do tratamento, é possível estimar qual o valor econômico associado à proteção das nascentes pelo que isso reduz de custo na hora de fazer o serviço.

Há uma abordagem já implementada que mostra que especificar, explicitar, os valores envolvidos naqueles recursos naturais ajudam não apenas com o papel didático junto à população e aos agentes econômicos, como também a desenhar instrumentos que permitam que o custo seja efetivamente incorporado àqueles ciclos, àquelas atividade econômicas. Devemos avançar nesse sentido. Por exemplo, o impacto de uma obra. Se nós soubéssemos mais claramente quanto custaria retirar um manguezal, em termos da perda de proteção de encostas, de recursos pesqueiros e etc., se isso pudesse ser um valor econômico que entrasse



na conta da viabilidade de empreendimentos, ajudaria, talvez, na tomada de melhores decisões de investimentos, de melhores decisões econômicas.

Há um pouco essa lógica de caminhar no sentido da valorização, e acho que é um ganho, um avanço que nós podemos ter nas políticas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Muito alvissareiro ouvir isso de parte do Ministério da Fazenda.

Apenas em relação à questão da concentração de renda e da diminuição da pobreza, o exemplo óbvio é o caso da China. A China, nos últimos 30 anos, conseguiu a façanha de retirar quase 500 milhões de pessoas da linha de pobreza. No entanto, foi um país onde a concentração de renda se agravou brutalmente. De fato, uma coisa não se confunde com a outra. O Brasil felizmente conseguiu avanço nos dois campos, um mais acentuado, a redução de pobreza; o outro mais modesto, na concentração de renda. Os Estados Unidos significativamente tiveram, nos de últimos 20 anos, uma concentração brutal de renda e um certo aumento da pobreza. Essa é uma discussão importante, mas aparentemente tem sido, nos últimos anos, mais fácil simplesmente diminuir a pobreza do que diminuir a concentração de renda.

A SRA. CELINA - Meu nome é Celina. Eu sou da assessoria técnica da Liderança do Partido Verde. Quando meus amigos querem brigar comigo, eles me chamam de conceitualista. De fato, eu acho que, sem conceitos claros, nós não chegamos a lugar algum.

Uma das coisas que pegam, quando se começa a discutir economia verde ou qualquer tipo de economia, é que dificilmente se faz distinção clara entre o que é economia, que originalmente, etimologicamente, significa administração da casa, e o que é finança monetária. Então é uma distinção que nós temos que fazer, se realmente quisermos chegar a algum lugar. Porque não adianta precificar as coisas se não temos em vista que queremos um outro tipo de administração da casa. É disso que se trata a economia verde. Como vamos passar a administrar a casa, ou seja, a nossa casa, a terra toda, usando instrumentos que são estritamente monetários? Como se faz isso? Para mim isso não está claro em lugar nenhum. Eu não quero entrar na linha do anticapitalismo ou neocapitalismo — eu não sou



neoliberal —, mas é um risco que se corre e serve inclusive para explicar à população o que se quer de fato.

Transformar tudo em dinheiro serve para algumas coisas. E eu concordo com o exemplo da água, porque se tem claramente o que significa não fazer. É um custo, claro. Por outro lado, quando se fala para um cidadão: *"Olha, não vamos desmatar o mangue porque isso impacta em recurso pesqueiro"* — e impacta mesmo, o mangue é berçário de peixes —, o custo é distribuído pela sociedade, mas o lucro de desmatamento do mangue é individual.

Então, para mim, o cerne desta discussão ainda está no fato de que os custos ambientais são socializados e os lucros da devastação ainda são privatizados.

Como se muda esse paradigma para fazer com que, de fato, uma questão de economia verde, de administração verde, seja factível? Para mim, essa é uma questão-chave sobre a qual gostaria de ouvir opiniões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Parece-me que atribuir valor econômico aos serviços prestados por ecossistemas é um passo importante. Possivelmente não é o único, mas é um passo importante, porque, dentro da cultura vigente, esses recursos naturais estão aí sem valor, estão aí como disponíveis, mas são insumos, são matérias-primas.

Na verdade, existe uma diferença muito grande entre uma matéria-prima de mineração, por exemplo, que se extrai e se usa como insumo em determinada produção, e o ecossistema, que presta serviços, como é o caso do manguezal que foi citado aí; da mata ciliar, que presta serviço; da Floresta Amazônica, que presta serviço, do Pantanal, que presta serviço etc. E isso simplesmente não é considerado no mundo da economia.

De fato, essa é uma discussão extremamente importante.

O SR. SÉRGIO MARGULIS - A essência da questão ambiental... Para não dizer que há um agente do mal, que desmata o manguezal, que auferir lucro e que o custo social é diluído pela sociedade e pelas espécies... Quando a senhora anda de carro, por exemplo, faz exatamente a mesma coisa. *(Risos.)* Não há como mudar isso. A senhora, quando veio para cá hoje, causou uma externalidade global, mesmo que...

A SRA. CELINA - Eu vim de metrô. *(Risos.)*



O SR. SÉRGIO MARGULIS - E causou uma externalidade global, ainda assim, porque a senhora veio de metrô, que usa a energia elétrica, que vem de hidrelétricas. A senhora pode ter minimizado a sua pegada de carbono, mas que a senhora causou uma externalidade, a senhora causou — sinto muito —, para apropriar um bem comum, que é a natureza. *(Risos.)*

É por isso que temos a questão ambiental, exatamente por isso. É a definição. É assim que é a questão ambiental. É dela.

E quanto à questão do valor, também bate um pouco no que a colega falou sobre a questão da cultura e tal. São valores. Os economistas são assim... A gente faz a conta.

Por acaso, eu sou economista do meio ambiente; passei a minha vida fazendo conta de valorar serviços ambientais. É isso que eu sei fazer. Tentamos dar valor a isso, incorporar. Estamos brigando.

Aliás, Deputado Alfredo Sirkis, eu não sabia, mas li em algum lugar que existe um projeto de lei ou um decreto para que o Brasil faça o PIB verde, a contabilidade ambiental. Há um projeto de lei sobre isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SÉRGIO MARGULIS - Ótimo, seria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Se esse projeto for a votação, dificilmente vai ser aprovado.

O SR. SÉRGIO MARGULIS Ah, bom, se vai ser aprovado, não sei. Sei que nós, do Ministério da Fazenda, em parceria com o IBGE, estamos buscando fazer isso, porque tecnicamente não é nada simples. Mas estamos tentando fazer isso na esfera do Executivo.

Também há o fato de que ninguém resolveu essa questão do crescimento e da distribuição. Aliás, sobre essa dicotomia, joga a culpa um pouco sobre o pessoal da área social, porque nós, da área de meio ambiente, conseguimos avançar mais, nos últimos 20, 30 anos. Tivemos algum avanço na integração dessas duas coisas, economia e meio ambiente. E houve muito menos avanço, no meu entendimento, não tem como avaliar isso, na questão social.



Então, continua-se trabalhando crescimento de um lado e distribuição do outro — distribuição envolvendo aí as coisas que você falou: cultura, acesso à informação etc.

Sobre a Rio+20, há uma coisa para internalizarmos, que é a pergunta do Deputado: com que cara a gente vai. Temos que ir com uma cara não de quem vai cobrar, mas de quem vai ouvir e aprender. Porque, como essa Conferência não é sobre o clima, vamos discutir direitos dos cidadãos, acesso à informação, acesso aos serviços públicos. E, nesse sentido, só temos a aprender, por exemplo, com a Comunidade Europeia. Realmente, eles estão anos-luz na nossa frente nesse sentido, e é uma chance para aprendermos esses valores. Não é mole, nós crescemos, houve esse esforço todo e aí passou um índice de Gini miserável em termos de pontos: de 0,58 para 0,53, o que é um enorme avanço, mas ainda é pífio. Esses países estão lá na frente da gente, e não podemos desprezar isso: bons valores, fraternidade, transporte coletivo. Temos que aprender com eles como se faz. Europa e Estados Unidos são um pouco diferentes. Mas os Estados Unidos têm valores de democracia que são fantásticos.

Então, vamos para essa Conferência para aprender muito. Mas a questão do carbono, realmente, não. Acho que esse é um bem comum global, e a posição é outra. Acho que é saudável a separação, mas, do ponto de vista da colocação estratégica política do País, é completamente diferente. Quando sentarmos para a negociação do clima, temos que cobrar. Mas acho que nesta, Rio+20, devemos aprender, *share experiences*, compartilhar experiências. Acho que esse é o tom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Sirkis) - Sérgio, muito obrigado.

Pergunto se mais alguém gostaria de falar. (*Pausa.*)

Pegando este último ponto que o Sérgio colocou, minha chefe de gabinete, Grace, muito atenta à *TV Câmara*, acaba de me dizer que o projeto do PIB verde é de autoria do Deputado Otávio Leite, e é o PL nº 2.900, de 2011.

Eu penso que a Rio+20 deveria, por um lado, ter incluído, no seu tema, um balanço de há quantas andam todos aqueles textos que foram sacramentados na Rio 92: a Convenção do Clima, da Biodiversidade, da Desertificação e a Agenda 21. Quando uma conferência se referencia em outra, como é o caso da Rio+20, seria de bom alvitre que se fizesse um balanço da anterior.



Por outro lado, acho que a questão do clima ronda a Rio+20 como um espectro. Porque é impossível se discutir economia verde, sem se discutir clima; é impossível se discutir governança internacional sem se discutir clima.

Por essa razão, as Subcomissões Rio+20, da Câmara e do Senado, tomamos a iniciativa de convocar, com apoio do Governo do Estado de Pernambuco e da Prefeitura do cidade do Rio de Janeiro, a Rio Clima, ou Rio Climate Challenge, que é uma reunião que começa no dia 13 e vai até o dia 18. Depois, há um *show* acústico, no dia 21, com Gilberto Gil, Andy Summers e amigos, totalmente dedicado à discussão do clima e até à modelagem de um cenário que possa representar uma simulação de um acordo do clima que tenha o condão de manter a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, neste século, abaixo de 450 PPMs; que preserve um aumento máximo de temperatura em 2 graus; e que, até 2020, consiga fazer com que a curva de emissões, deste ano, que está, neste momento, estimada em 56 gigatoneladas seja reduzida para 44 gigatoneladas, que se seria uma curva minimamente compatível com o objetivo de chegar aos dois indicadores anteriores.

Na verdade, vamos ter, por um lado, uma série de discussões, uma série de debates e, por outro lado, vamos ter três grupos de trabalho concentrados de forma muito assídua e prolongada mesmo. Serão dias e dias de reunião, na modelagem de uma proposta para o clima, envolvendo pelo menos os principais países emissores, que são basicamente os países do G20, em que nós possamos colocar uma proposta realista e factível de mitigação, de financiamento de uma economia de baixo carbono e de adaptação no campo da segurança alimentar e das questões envolvendo águas. Então, o objetivo em adaptação é um pouco mais restrito.

Estamos buscando antigos chefes de Estado para se incorporarem a essa discussão. Haverá uma instância exclusiva de políticos no dia 18. As outras discussões serão conjuntas, entre políticos formuladores de políticas públicas, gente da área acadêmica e científica e gente da área econômica governamental e privada.

Então, esperamos concretizar tudo isso e ainda com o *show* que vai se dar durante o segmento de alto nível, que vai ser no dia 21, no Forte de Copacabana, onde vamos aproveitar para anunciar as conclusões a que o Rio Clima chegou, inclusive, com recomendações, tanto para este momento final da Rio+20, quanto para dezembro deste ano, quando vamos ter a COP 18 no Catar.



É uma tentativa que esta Subcomissão e as outras Subcomissões ligadas às Comissões de Relações Exteriores, de Defesa Nacional e de Meio Ambiente da Câmara e do Senado estão fazendo para que, de fato, a questão do clima não suma da agenda pública da Rio+20.

Gostaria de agradecer pela presença ao Aloísio, ao Sérgio e ao André, que já foi embora.

Quero dizer que, para uma quinta-feira, tivemos um comparecimento Parlamentar bastante significativo. Tivemos 7 ou 8 Parlamentares que passaram por aqui; tivemos a presença dos nossos companheiros do Greenpeace, da comunidade Bahá'í, de outras entidades e dos assessores parlamentares, que sempre assistem, com muita atenção, a essas atividades.

Agradeço a todos.

Está encerrada a reunião.